De: José da Silva Ferreira
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 11:48
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição - Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Anexos: PEDIDO DE AUDIÇÃO.pdf

Importância: Alta

Categorias: ZM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541325
Entrada/Saída n.º 17 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.

José da Silva Ferreira

ALFACOOP - COOPERATIVA DE ENSINO, CRL
EXTERNATO INFANTE D HENRIQUE
NIPC 501462716 | Avenida Comendador Padre David | 4709-008 RUÍLHE
www.eidn.eu | [illegible]

ALFACOOP-COOPERATIVA DE ENSINO, CRL
EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE

Ruílhe (Braga), 19 de janeiro de 2016

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

JOSÉ DA SILVA FERREIRA, professor com 39 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique e exercendo atualmente o cargo de diretor deste estabelecimento de ensino, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga e assegura neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação. Destes, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais. No que se refere aos pais dos nossos alunos, 65% têm uma escolarização igual ou inferior ao 9º ano e apenas 11% exercem uma atividade profissional de nível superior ou intermédio.

Esta é uma escola inclusiva, não discrimina os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.

A escola nasceu em 1968 como posto de receção da Telescola, com uma dúzia de alunos. Em 1976 recebeu do Ministério da Educação o alvará nº 2204. Celebra neste ano de 2016 os seus 40 anos ao serviço da comunidade de uma área geográfica periférica dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

Desde a sua fundação, a escola foi ajustando a sua oferta educativa e formativa às necessidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se insere.

Até 1976, a escola proporcionava o ensino preparatório da Telescola;

Em 1976, por via da outorga do seu alvará de funcionamento, passou a ministrar o "Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e o Curso Geral Liceal";

Em 1977, assegurava "Cursos Noturnos dos Ensinos Preparatório e Secundário";

A partir de 1980, durante alguns anos, teve em funcionamento a educação pré-escolar;

Em 1981, começou a oferecer o ensino secundário tanto em regime diurno como em regime noturno (Curso Secundário Complementar Noturno);

Em 1985, passou a incluir na sua oferta o ensino técnico-profissional;

Em 1990, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ministrar o 12º ano;

Em 1994, passou a ministrar o ensino básico recorrente por unidades capitalizáveis;

Em 1997, a sua oferta ao nível do ensino secundário incluía o Ensino Secundário Tecnológico e o Ensino Secundário Recorrente;

Mais recentemente, a oferta do Externato Infante D. Henrique passou a incluir Cursos de Educação e Formação de Jovens e de Adultos e Cursos Profissionais de nível secundário.

Desde 1980 que esta escola tem, ininterruptamente, um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do seu corpo docente cuja média de tempo de serviço é superior a 20 anos.

A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma legítima expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança e confiança.

Neste momento, estamos seriamente preocupados pela manutenção dos postos de trabalho dos cerca de 130 trabalhadores docentes e não docentes da escola e pelo futuro deste projeto educativo em cuja construção estamos empenhados.

É nestas circunstâncias e com este sentimento que apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como diretor desta escola, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos

José da Silva Ferreira

José da Silva Ferreira
CC 03021887 0ZYT

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 15:09
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Correio do Cidadão - Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541328
Entrada/Saída n.º 20 Data: 20/1/16

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Destinatário: 8ª – CECC Comissão de Educação, Ciência e Cultura;

Nome: Maria Clara Araújo de Freitas Menezes

Organização: Externato Infante D. Henrique
Cargo: Professora

Assunto: Pedido de audição

Mensagem: Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Maria Clara Araújo de Freitas Menezes, professora com 34 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.
A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.
Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.
É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a

minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos
Assinatura
Maria Clara Araújo de Freitas Menezes

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 15:26
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Correio do Cidadão - Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541329
Entrada/Saída n.º 21 Data: 20/1/16

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Destinatário: 8ª – CECC Comissão de Educação, Ciência e Cultura;

Nome: José Manuel Gonçalves da Silva lages

Organização: Externato Infante D. Henrique
Cargo: Professor

Assunto: Pedido de audição

Mensagem: Ruílhe, 19 de janeiro de 2016

Ex. mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

José Manuel Gonçalves da Silva Lages, portador do Cartão de Cidadão . professor com 36 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, onde desempenhei sempre a minha atividade profissional, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.
A nossa escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A nossa escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.
Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa

de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e dos postos de trabalho dos cerca de 130 trabalhadores docentes e não docentes da escola e pelo futuro deste projeto educativo em cuja construção estamos empenhados.
É nestas circunstâncias e com este sentimento que apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a nossa posição e opinião sobre o assunto, como professor desta escola e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos

O Professor

José Manuel Gonçalves da Silva Lages

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Única 541332
Entrada/Saída n.º 23 Data: 20/1/16

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 19:47
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Discussão pública sobre os contratos de associação

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Luís Ricardo Gonçalves Cerqueira, professor com 21 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.
A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.
Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.
É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos
Luís Ricardo Gonçalves Cerqueira

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 22:18
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541336
Entrada/Saída n.º 24 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

Maria Manuela Ferreira de Sá Estêvão, professora com 33 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus professores e pessoal de apoio.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos. Claramente que o Externato cumpre os requisitos mais exigentes de um serviço público de qualidade e de abertura democrática, sem elitismo ou práticas seletivas e discriminatórias de qualquer índole.

Trata-se, alem disso, de uma escola com um sentido profundo das suas raízes locais, perfeitamente integrada no meio, contribuindo para a sua promoção sociocultural e bem-estar.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, temo pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Assinatura

Maria Manuela Ferreira de Sá Estêvão

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 22:28
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Requerimento de audição

Categorias: ZM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541337
Entrada/Saída n.º 25 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Na qualidade de ex-aluna do Externato Infante D. Henrique, professora com 24 anos de serviço docente na mesma escola e encarregada de educação de uma aluna que frequenta o 11ºano neste estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, venho, por este meio, na sequência da discussão pública em torno dos contratos de associação e da discussão nessa Comissão de projetos de resolução sobre a matéria, requerer uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.
A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos que assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega nem nunca segregou os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos. Pertenço à geração que viu nascer esta escola como escola com Contrato de Associação, em 1980, e que lhe deve integralmente a sua formação. Sem esta escola muitos teriam sido os alunos que nunca teriam concluído os estudos básicos num meio onde as escolas públicas mais próximas se situavam a distâncias significativas.
Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupada pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo que abracei como aluna, como professora e como mãe.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora, como mãe e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Maria Isabel da Cruz Ferreira

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 23:07
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição
Anexos: Ex.docx

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Doc. 541341
Entrada/Saída n.º 27 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação e Ciência a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Nídia Ferreira

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

NÍDIA CARVALHO FERREIRA, professora no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente no sentido de transmitir a nossa posição e opinião sobre os projetos de resolução em torno dos contratos de associação, matéria que acompanho com apreensão e sobre a qual gostaria de versar a minha opinião, como parte integrante desta escola, uma vez que a rutura dos contratos de associação afetaria irremediavelmente o percurso educativo dos alunos, o emprego dos educadores docentes e não docentes e poria termino ao serviço de qualidade prestado, desenvolvido e aperfeiçoado, afincadamente, durante anos.

A nossa escola é uma escola cooperativa sem qualquer fim lucrativo e assegura um serviço público de educação gratuito e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, uma percentagem bastante considerável (36%) beneficia de escalões A e B da ação social escolar e cerca de 50 alunos possuem necessidades educativas especiais.

A nossa escola não é elitista nem discriminatória, pelo contrário, é inclusiva, não negando o acesso à escola nem a procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

O contrato de associação com o Estado é realizado desde 1980 e desde então, a nossa escola apostou na estabilidade e na qualificação do seu corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitiu encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupada pelo meu posto de trabalho e pelo projeto educativo do qual faço parte e para o qual trabalho afincadamente todos os dias.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Nídia Carvalho Ferreira

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 23:33
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Requerer uma audição urgente na Comissão de Educação e Ciência

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541342
Entrada/Saída n.º 28 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Sérgio Lino Loureiro de Campos, professor com 13 anos de serviço docente no Externato Infante Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Muito devo a esta instituição pois se não tivesse a oportunidade de ter estudado na mesma, hoje não teria sido professor. Fui motivado, ajudado pela escola, professores e funcionários a ter um futuro melhor. Hoje continuo a ter residência na área oriunda à escola para de uma forma ou de outra ajudar os mais necessitados a ter uma oportunidade de vida melhor.

Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos,

Sérgio Lino Loureiro de Campos

Sérgio Lino

Professor de Educação Física e Desporto

Coordenador do Grupo Disciplinar de Educação Física e Desporto

Mestre em Ciências da Educação Física e Desporto com especialização em Educação Escolar.

Treinador de Futebol 11 UEFA-PRO - Nível II

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 23:40
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição
Anexos: Pedido de Audição.pdf

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Venho por este meio enviar, em anexo, um pedido de audição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grata pela atenção que Vª Exª dará ao pedido, apresento os meus melhores cumprimentos.

Teresa Pinto

D. TERESA PINTO

Ruílhe (Braga), 19 de janeiro de 2016

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Sou Professora do Ensino Secundário e do 3.º Ciclo do ensino Básico desde 1998 no Externato Infante D. Henrique. Como Professora deste estabelecimento de ensino, estou muito preocupada, apreensiva e com muito receio de vir a perder o meu posto de trabalho.

Estou a acompanhar com muita a atenção a discussão pública relacionada com os contratos de associação e sei que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a Matéria.

Por isso, venho requerer à Comissão qué Vª Exª Preside uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria inevitavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo não só dos alunos deste estabelecimento de ensino como também o emprego dos docentes (meus colegas) e não docentes.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga e assegura neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação. Destes, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais. No que se refere aos pais dos nossos alunos, 65% têm uma escolarização igual ou inferior ao 9º ano e apenas 11% exercem uma atividade profissional de nível superior ou intermédio.

Esta é uma escola inclusiva, não discrimina os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.

Esta escola nasceu em 1968 como posto de receção da Telescola, com uma dúzia de alunos. Em 1976 recebeu do Ministério da Educação o alvará nº 2204. Celebra neste ano de 2016 os seus 40 anos ao serviço da comunidade de uma área geográfica periférica dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

Desde a sua fundação, a escola foi ajustando a sua oferta educativa e formativa às necessidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se insere.

Até 1976, a escola proporcionava o ensino preparatório da Telescola;

Em 1976, por via da outorga do seu alvará de funcionamento, passou a ministrar o "Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e o Curso Geral Liceal";

Em 1977, assegurava "Cursos Noturnos dos Ensinos Preparatório e Secundário";

A partir de 1980, durante alguns anos, teve em funcionamento a educação pré-escolar;

Em 1981, começou a oferecer o ensino secundário tanto em regime diurno como em regime noturno (Curso Secundário Complementar Noturno);

Em 1985, passou a incluir na sua oferta o ensino técnico-profissional;

Em 1990, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ministrar o 12º ano;

Em 1994, passou a ministrar o ensino básico recorrente por unidades capitalizáveis;

Em 1997, a sua oferta ao nível do ensino secundário incluía o Ensino Secundário Tecnológico e o Ensino Secundário Recorrente.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CBC
N.º Único 541344
Entrada/Saída n.º 29 Data: 29/1/16

Mais recentemente, a oferta do Externato Infante D. Henrique passou a incluir Cursos de Educação e Formação de Jovens e de Adultos e Cursos Profissionais de nível secundário.

Desde 1980 que esta escola tem, ininterruptamente, um contrato de associação com o Estado. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma legítima expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança e confiança.

Neste momento, estou muito preocupada pela manutenção do meu posto de trabalho e dos meus colegas da escola e pelo futuro do projeto educativo em que estamos todos empenhados na sua construção.

Posto isto, apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre este assunto, como professora desta escola, "Externato Infante D. Henrique", e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Teresa de Jesus da Rocha Pinto

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541339
Entrada/Saída n.º 26 Data: 20/1/16

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 22:43
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição à Comissão de Educação e Ciência
Anexos: Requerimento.docx

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio, em anexo, um pedido de audição na Comissão de Educação e Ciência a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grata, desde já, pela atenção que V.ª Ex.ª dispensará ao requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Vera Magalhães

De: p.pt>
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 00:23
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: AUDIÇÃO NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541180
Entrada/Saída n.º 15 Data: 19/1/16

Exmo. Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Vera Magalhães, professora no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, tendo acompanhado com inquietação o debate público relativamente aos contratos de associação e considerando que os projetos de resolução sobre este assunto se encontram em discussão, vem, através deste meio, requerer a essa Comissão uma audição urgente com o objetivo de transmitir a minha opinião relativamente a este tipo de contratos, às suas qualidades, à forma como a sua ...utura afetaria negativamente e de modo irreparável o percurso escolar dos alunos desta escola e o emprego dos docentes e não docentes.

Há 40 anos que esta escola oferece um serviço de qualidade numa freguesia que se situa na periferia da cidade de Braga. Durante estes anos, contribuiu para o desenvolvimento desta área, criando laços com instituições e associações locais, promovendo atividades para toda a comunidade.

O Externato Infante D. Henrique tem aproximadamente 1260 alunos do ensino básico e secundário. Muitos desses alunos são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e cerca de cinquenta alunos têm necessidades educativas especiais.

Depois de ter trabalhado em algumas escolas da rede pública, foi nesta escola que encontrei o projeto mais aliciante: uma escola inclusiva, que procura o sucesso dos seus alunos, não apenas nos resultados académicos, mas no desenvolvimento integral do ser humano, visando o aumento de competências, atribuindo ao aluno um papel ativo na construção de projetos. Encontrei uma escola em que mais do que grupos de professores, funcionários e alunos, existe uma comunidade em que todos colaboram para um objetivo comum. O corpo docente é estável (trabalha colaborativamente há muitos anos) e qualificado. Além disso, a escola está extremamente bem equipada do ponto de vista tecnológico.

...bviamente, a conjuntura política em torno dos contratos de associação, contribui para que esteja bastante preocupada relativamente ao meu posto de trabalho e pelo futuro deste projeto educativo em que me empenhei.

Tendo em consideração todos estes fatores, renovo o pedido para que, perante a Comissão a que V.ª Ex.ª preside, possa expor a minha posição sobre este tema, como professora e como cidadã.

Cumprimentos
Vera Magalhães

20/1/16 - 09:08

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Única 541346
Entrada/Saída n.º 30 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Eu, Marcos Paulo Macedo da Silva, professor com 14 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos,
Marcos Paulo Macedo da Silva

De: pt>
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 09:37
Para: Comissão 8ª - CECC XII
Assunto: Pedido de Audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541347
Entrada/Saída n.º 31 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Eu, Ana Maria Rodrigues Teixeira de Sousa Fangueiro, professora há 22 anos no Externato Infante D.Henrique, no Concelho de Braga, tenho estado a acompanhar com interesse e muita preocupação a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, venho requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, os alunos, as famílias, os professores, funcionários e toda a comunidade.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário **há 40 anos**. Ou seja, ainda a rede de escolas do estado não existia na nossa área geográfica, já a nossa escola assegurava um ensino gratuito e de verdadeiro serviço público a toda a comunidade, que integra população de três Concelhos, mas que está relativamente afastado dos seus centros urbanos. Todas as escolas do estado foram construídas posteriormente ao estabelecimento desta parceria que assegurou durante muitos anos um ensino gratuito e de qualidade à comunidade local, predominantemente desfavorecida e carenciada. Entre os nossos alunos, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção sempre me empenhei.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a nossa posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Ana Maria Fangueiro
Externato Infante D.Henrique

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541348
Entrada/Saída n.º 32 Data: 20/1/16

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 10:21
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Correio do Cidadão - Pedido de audição.

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Destinatário: 8ª – CECC Comissão de Educação, Ciência e Cultura;

Nome: Manuel José Lopes de Oliveira

Organização:
Cargo:

Assunto: Pedido de audição

Mensagem: Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Manuel José Lopes de Oliveira, professor com 26 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.
A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.
Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.
É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos

Manuel José Lopes de Oliveira

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 10:47
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição
Anexos: Pedido de audiência.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541351
Entrada/Saída n.º 33 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Maria Félix Barbosa

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Maria Félix Ferreira Braga de Oliveira Barbosa, professora com 30 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre contratos de associação, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre esta matéria, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos. É uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos. Assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Mais de 36%, dos nossos alunos, são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

Desde a obtenção do contrato de associação com o Estado, em 1980, que a minha escola tem apostado na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores, aos trabalhadores não docentes, aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, encontro-me bastante preocupada pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou envolvida.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos
Assinatura

Maria Félix Barbosa

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:03
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541352
Entrada/Saída n.º 34 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

Carla Manuela de Sá Vilar Estêvão, professora com 10 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus professores e pessoal de apoio.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos. Claramente que o Externato cumpre os requisitos mais exigentes de um serviço público de qualidade e de abertura democrática, sem elitismo ou práticas seletivas e discriminatórias de qualquer índole.

Trata-se, alem disso, de uma escola com um sentido profundo das suas raízes locais, perfeitamente integrada no meio, contribuindo para a sua promoção sociocultural e bem-estar.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, temo pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Carla Estêvão

José Manuel Jesus

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:17
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição

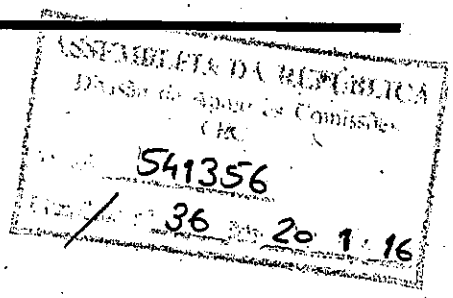
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541353
Entrada/Saída n.º 35 Data: 20/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Dionísia Maria Oliveira Castro, professora de Física e Química, com 3 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego do seu corpo docente e não docente.
A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.
Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Agora, estou muito preocupada com o meu posto de trabalho e com o futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada.
Neste contexto, reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Atenciosamente,
Dionísia Castro

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:23
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Escolas com contrato de associação



Ex.mo Senhor
Presidente da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
da Assembleia da República

Trabalho numa escola com contrato de associação, o Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, onde exerço há vinte anos a função de professora.
Estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, venho requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Neste momento, estou seriamente preocupada pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada
É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.
Com os melhores cumprimentos

Isaura Alberta Martins Ribeiro Leite

(Professora no Externato Infante D. Henrique, Braga)

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:38
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Contratos de Associação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541375
Entrada/Saída n.º 37 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

Luis Albino de Castro Baptista, professor, com 21 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem transmitir a essa Comissão uma profunda preocupação e um pouco da nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, como professor e como cidadão, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.

Com os melhores cumprimentos

Luis Albino de Castro Baptista

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:39
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição
Anexos: Audiência.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541376
Entrada/Saída n.º 38 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação e Ciência a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Filomena Brandão

Ruílhe (Braga), 20 de janeiro de 2016

Ex.mo Sr.
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Filomena Maria Rodrigues Carneiro Brandão, docente do Externato Infante D. Henrique, em Ruílhe, Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a sua posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Com os melhores cumprimentos

Filomena Brandão

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:55
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: FW: Correio do Cidadão: apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo
Anexos: pedido de audição.docx

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541381
Entrada/Saída n.º 41 Data: 21/1/16

De:
Enviada: 20 de janeiro de 2016 10:13
Para:
Assunto: Correio do Cidadão: apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Para: Alexandre Quintanilha

Mensagem:
Ex.mo Senhor

Presidente da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Joaquim Augusto Rodrigues de Sousa e Silva

Ruílhe (Braga), 20 de janeiro de 2016

Ex.mo Senhor

Presidente da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA da Assembleia da República

JOAQUIM AUGUSTO RODRIGUES DE SOUSA E SILVA, professor com 28 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga e assegura neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação. Destes, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais. No que se refere aos pais dos nossos alunos, 65% têm uma escolarização igual ou inferior ao 9º ano e apenas 11% exercem uma atividade profissional de nível superior ou intermédio.

Esta é uma escola inclusiva, não discrimina os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.

A escola nasceu em 1968 como posto de receção da Telescola, com uma dúzia de alunos. Em 1976 recebeu do Ministério da Educação o alvará nº 2204. Celebra neste ano de 2016 os seus 40 anos ao serviço da comunidade de uma área geográfica periférica dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

Desde a sua fundação, a escola foi ajustando a sua oferta educativa e formativa às necessidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se insere.

Até 1976, a escola proporcionava o ensino preparatório da Telescola;

Em 1976, por via da outorga do seu alvará de funcionamento, passou a ministrar o "Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e o Curso Geral Liceal";

Em 1977, assegurava "Cursos Noturnos dos Ensinos Preparatório e Secundário";

A partir de 1980, durante alguns anos, teve em funcionamento a educação pré-escolar;

Em 1981, começou a oferecer o ensino secundário tanto em regime diurno como em regime noturno (Curso Secundário Complementar Noturno);

Em 1985, passou a incluir na sua oferta o ensino técnico-profissional;

Em 1990, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ministrar o 12º ano;

Em 1994, passou a ministrar o ensino básico recorrente por unidades capitalizáveis;

Em 1997, a sua oferta ao nível do ensino secundário incluía o Ensino Secundário Tecnológico e o Ensino Secundário Recorrente; Mais recentemente, a oferta do Externato Infante D. Henrique passou a incluir Cursos de Educação e Formação de Jovens e de Adultos e Cursos Profissionais de nível secundário.

Desde 1980 que esta escola tem, ininterruptamente, um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do seu corpo docente cuja média de tempo de serviço é superior a 20 anos. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma legítima expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança e confiança. Neste momento, estamos seriamente preocupados pela manutenção dos postos de trabalho dos cerca de 130 trabalhadores docentes e não docentes da escola e pelo futuro deste projeto educativo em cuja construção estamos empenhados.

É nestas circunstâncias e com este sentimento que apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor desta escola e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos

Joaquim Augusto Rodrigues de Sousa e Silva

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:56
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: FW: Correio do Cidadão: Pedido de audição
Anexos: PEDIDO DE AUDIÇÃO.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Única 541383
Entrada/Saída n.º 42 Data: 21 / 1 / 16

De:
Enviada: 20 de janeiro de 2016 11:37
Para: /
Assunto: Correio do Cidadão: Pedido de audição

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

---

Para: Alexandre Quintanilha

Mensagem:
Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação e Ciência a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Atentamente
Sandra Isabel Dias Santos

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

O meu nome é Sandra Isabel Dias Santos, sou trabalhadora docente do Externato Infante D. Henrique, uma escola do ensino particular e cooperativo com contrato de associação localizada na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga.

Trabalho há 10 anos nesta escola da qual também fui aluna. Apesar das dificuldades que a escola enfrentou nos últimos anos devido aos cortes muito significativos do apoio financeiro do Estado ao abrigo do contrato de associação, foi possível garantir a estabilidade dos postos de trabalho.

Estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, venho requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola presta um serviço público de educação desde 1968. Primeiro como Posto de Receção da Telescola e, a partir de 1976, como escola de ensino direto. Tem contrato de associação com o Estado desde 1980, garantindo ensino gratuito à comunidade de uma área geográfica que inclui freguesias periféricas dos concelhos de Braga, Vila Nova de Famalicão e Barcelos.

A escola, apesar de estar inserida num contexto socioeconómico desfavorecido, com grande incidência de desemprego ou emprego precário, com caraterísticas sociais, económicas e culturais heterogéneas, é uma escola inclusiva, aberta a todos. Recebe, desde a sua origem, crianças e jovens institucionalizados no Centro Social Padre David, acolhe crianças com necessidades educativas especiais. A minha Escola é uma escola de referência, referência de vida, de trabalho, de esforço, de dedicação, de excelência.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos. A escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupada pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Sandra Isabel Dias Santos

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:57
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: FW: Correio do Cidadão: Pedido de audição à Comissão
Anexos: Pedido à Comissão.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541383
Entrada/Saída n.º 42 Data: 21/1/16

De:
Enviada: 20 de janeiro de 2016 11:50
Para: Alexandre Quintanilha <Alexandre.Quintanilha@ps.parlamento.pt>
Assunto: Correio do Cidadão: Pedido de audição à Comissão

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Para: Alexandre Quintanilha

Mensagem:
Peço a sua atenção para o pedido que lhe envio em anexo.

Atentamente,

Eliana Ferreira

Ruílhe (Braga), 20 de janeiro de 2016

Ex.mo Senhor:
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

O meu nome é ELIANA ROSA DE OLIVEIRA FERREIRA, professora com 8 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a matéria, venho requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o nosso emprego como educadores e colaboradores não docentes.
O Externato Infante D. Henrique é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga e assegura neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação.

Para além de atualmente ser colaboradora desta Instituição fui também aluna durante o meu percurso educativo, e reconheço hoje como profissional o mérito de ter estudado cá. O esforço o empenho que me foi transmitido nessa altura pelos meus professores é o empenho que tenho em todas as circunstâncias do meu trabalho, o "vestir a camisola" é de um valor incalculável, que se transmite aos alunos para que o seu desempenho vá de encontro aos sonhos de cada um, e se tornem cidadãos ativos e com valores fortes. Somos todos juntos uma Escola de conhecimento, valores e vitórias.
A apreensão que tenho relativamente às decisões que urgem em breve é por mim enquanto trabalhadora e por toda uma comunidade que reconhece na nossa Escola um pilar.
A nossa escola é inclusiva, não discrimina os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.
Peço que considere com atenção os nossos pedidos, é a estabilidade e continuidade económica de muitas famílias que estão em cima da mesa.
Neste momento, estamos seriamente preocupados pela manutenção dos nossos postos de trabalho e pelo futuro deste projeto educativo em cuja construção estamos empenhados.
É nestas circunstâncias e com este sentimento que apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos
Eliana Rosa de Oliveira Ferreira

José Manuel Jesus

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:57
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541384
Entrada/Saída n.º 43 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

da Assembleia da República

O meu nome é Armanda da Silva Gonçalves, sou docente do Externato Infante D. Henrique, localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga. Foi neste estabelecimento de ensino, com contrato de associação, que eu aprendi o que era a escola para todos, uma escola de qualidade acessível a todos, independentemente do meio social de origem.

A minha escola assegura um serviço público de educação gratuita a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

A minha escola acolhe as crianças do Centro Social Padre David, oriundas de famílias desestruturaras e para as quais os professores e os auxiliares da ação educativa são bem mais do que educadores.

A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e encarregados de educação uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Infelizmente, as recentes notícias deixam-me seriamente preocupada com o futuro da MINHA escola e, como é evidente, com o meu posto de trabalho e com os milhares de postos de trabalho, que por todo o país estão em causa.

É neste contexto que peço para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos

Armanda da Silva Gonçalves

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 12:30
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição - Maria Adelaide Cruz Fernandes (Professora)
Anexos: Pedido de Audição - Maria Adelaide Fernandes.pdf

Importância: Alta

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541389
Entrada/Saída n.º 46 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Maria Adelaide Cruz Fernandes

Departamento de Linguas Estrangeiras
do Externato Infante D. Henrique.
Ruílhe - Braga.

EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE

Avª Comendador Padre David
4709-008 RUÍLHE
http://www.eidh.eu - alfacoop@mail.telepac.pt
Telef. 253 959 000 - Fax 253 951 701

Ruílhe, 20 de janeiro de 2016

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

Maria Adelaide Cruz Fernandes, professora com 20 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique e exercendo atualmente as minhas funções enquanto docente neste estabelecimento de ensino, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes, sendo o primeiro o grupo ao qual pertenço.

O Externato Infante D. Henrique, A MINHA ESCOLA, é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga.

Nos anos 80, sendo eu natural de uma freguesia limítrofe (Arnoso Santa Maria, conselho de Vila Nova de Famalicão), fui aluna neste estabelecimento. Foi aqui que cresci; foi aqui que me instruíram; foi aqui que me abriram as portas e os horizontes para o meu futuro; foi aqui que aprendi a ser quem sou; aprendi a acreditar, a respeitar, a amar, a trabalhar em prole dos outros e da comunidade.

Tudo isto aconteceu numa altura em que se não fosse " A ESCOLA DE RUÍLHE", eu não teria tido a hipótese de estudar, pois as limitações da altura eram enormes e os recursos muito limitados. Foi a "A ESCOLA DE RUÍLHE" que me deu "ASAS" para "VOAR" e contribuir decentemente para a melhoria de condições de vida do MEU PAÍS, DA MINHA REGIÃO, DA MINHA COMUNIDADE!!!

Por esta razão, e porque esta escola continua a assegurar neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação, peço que reconsiderem as alterações que pretendem fazer.

A escola celebra neste ano de 2016 os seus 40 anos ao serviço da comunidade de uma área geográfica periférica dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE

Avª Comendador Padre David
4709-008 RUÍLHE
http://www.eidh.eu - alfacoop@mail.telepac.pt
Telef. 253 959 000 - Fax 253 951 701

Desde 1980 que esta escola tem, ininterruptamente, um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do seu corpo docente cuja média de tempo de serviço é superior a 20 anos. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma legítima expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança e confiança.

Neste momento, estou seriamente preocupado com manutenção do meu posto de trabalho e com a manutenção do posto de trabalho dos cerca de 130 trabalhadores docentes e não docentes da escola e pelo futuro deste projeto educativo em cuja construção estamos empenhados e com o qual eu própria me identifico, **pois cresci, fui educada e recebi a minha instrução enquanto aluna neste estabelecimento, tal como já havia dito.**

É nestas circunstâncias e com este sentimento que apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como CIDADÃ, como ANTIGA ALUNA, e como PROFESSORA desta escola.

Com os melhores cumprimentos,

Maria Adelaide Cruz Fernandes

De: Teresa Correia
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 12:30
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: pedido de audição
Anexos: Pedido de audiçãoTeresa Correia.pdf

Importância: Alta

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541386
Entrada/Saída n.º 45 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação e Ciência a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.
Teresa Correia

ALFACOOP-COOPERATIVA DE ENSINO, CRL

EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE

ALFACOOP – COOPERATIVA DE ENSINO, CRL | EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE

NIPC 501462716 | Avenida Comendador Padre David | 4709-008 RUÍLHE

Telef. 253 959 000 | Fax 253 951 701 | www.eidh.eu | alfacoop@mail.telepac.pt

Ruílhe - Braga, 20 de janeiro de 2016

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República

TERESA MACHADO DA SILVA CORREIA, professora de Francês com 27 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estando a acompanhar com muita apreensão a discussão pública sobre os contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga e assegura neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação. Destes, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais. No que se refere aos pais dos nossos alunos, 65% têm uma escolarização igual ou inferior ao 9º ano e apenas 11% exercem uma atividade profissional de nível superior ou intermédio.

Esta é uma escola inclusiva, não discrimina os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.

A escola nasceu em 1968 como posto de receção da Telescola, com uma dúzia de alunos. Em 1976 recebeu do Ministério da Educação o alvará nº 2204, pelo que neste ano de 2016, celebra os seus 40 anos ao serviço da comunidade de uma área geográfica periférica dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

Desde a sua fundação, a escola foi ajustando a sua oferta educativa e formativa às necessidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se insere.

Desde 1980 que esta escola tem, ininterruptamente, um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do seu corpo docente cuja média de tempo de serviço é superior a 20 anos.

Alguns dos nossos docentes já foram meus alunos e agora são meus colegas, os quais recebi com muito carinho e com os quais colaboro afincadamente; nas minhas turmas tenho alunos cujos pais também foram meus alunos. Temos uma associação de antigos alunos do Externato Infante D. Henrique, o que é a demonstração clara de uma identificação sincera e profunda com esta escola.

A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma legítima expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança e confiança.

Neste momento, estou seriamente preocupada pela manutenção do meu posto de trabalho e dos cerca de 130 trabalhadores docentes e não docentes da escola e pelo futuro deste projeto educativo em cuja construção eu, os meus colegas e toda a comunidade educativa estamos empenhados.

É nestas circunstâncias e com este sentimento angustiante que apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã portuguesa.

Com os melhores cumprimentos

Teresa Machado da Silva Correia

De: Sandra Cunha <
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 13:01
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audiência
Anexos: Pedido de audiência.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541390
Entrada/Saída n.º 47 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação e Ciência a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção.

Apresento os melhores cumprimentos.

Sandra Antunes da Cunha Fernandes

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação, Ciência

da Assembleia da República

Sandra Antunes da Cunha Fernandes, na capacidade de professora com 16 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, de ex-aluna desta mesma instituição e mãe de uma aluna neste estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

A escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupada pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada, bem como o percurso escolar da minha filha que esperaria que fosse semelhante ao meu, um ensino com qualidade e de livre escolha.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos.

Sandra Antunes da Cunha Fernandes

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 13:02
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541393
Entrada/Saída n.º 48 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

Hugo Cerqueira de Sá Pinto, professor com 9 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente, com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.
A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.
Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.
É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos,

Hugo Pinto

De: Zulmira Magalhaes
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 13:04
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audiencia
Anexos: Assembleia.pdf

Categorias: ZM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541464
Entrada/Saída n.º 64 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência
da Assembleia da República

Envio em anexo um pedido de audição na Comissão de Educação, Ciência a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grato pela boa atenção que Vª Exª dará ao ora requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Zulmira Magalhães

ALFACOOP - COOPERATIVA DE ENSINO, CRL

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência
da Assembleia da República.

O meu nome é Zulmira da Conceição de Lima Ferreira Magalhães, sou docente do Externato Infante D. Henrique, localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga. Foi neste estabelecimento de ensino, com contrato de associação, que eu aprendi o que era a escola para todos, uma escola de qualidade acessível a todos, independentemente do meio social de origem.
A minha escola assegura um serviço público de educação gratuita a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola acolhe as crianças do Centro Social Padre David, oriundas de famílias desestruturaras e para as quais os professores e os auxiliares da ação educativa são bem mais do que educadores.
A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e encarregados de educação uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Infelizmente, as recentes notícias deixam-me seriamente preocupada com o futuro da MINHA escola e, como é evidente, com o meu posto de trabalho e com os milhares de postos de trabalho, que por todo o país estão em causa.

É neste contexto que peço para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Zulmira da Conceição de Lima Ferreira Magalhães

De: Sameiro Noversa
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 13:16
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição à Comissão de Educação e Ciência da Assembeleia da República
Anexos: PEDIDO DE AUDIÇÃO.docx

Venho por este meio solicitar ser ouvida por vossas exelências devido a gravidade da minha situação.
A professora, Sameiro Noversa.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541395
Entrada/Saída n.º 49 Data: 21/1/16

ALFACOOP-COOPERATIVA DE ENSINO, CRL EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE

Ruílhe (Braga), 20 de janeiro de 2016

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República

Maria do Sameiro Neves da Silva Ferreira Noversa, professora com 30 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique e exercendo atualmente o cargo de professora de Matemática e Ciências no segundo ciclo deste estabelecimento de ensino, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes. Gostaria de salientar que no meu agregado familiar sou a única pessoa com emprego, sendo que o meu marido é desempregado de longa duração e o meu filho tem uma incapacidade de 60% confirmada pelo atestado multiusos, sendo que uma situação de desemprego para o meu agregado familiar seria catastrófica.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga e assegura neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação. Destes, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais. No que se refere aos pais dos nossos alunos, 65% têm uma escolarização igual ou inferior ao 9º ano e apenas 11% exercem uma atividade profissional de nível superior ou intermédio.

Esta é uma escola inclusiva, não discrimina os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.

A escola nasceu em 1968 como posto de receção da Telescola, com uma dúzia de alunos. Em 1976 recebeu do Ministério da Educação o alvará nº 2204. Celebra neste ano de 2016 os seus 40 anos ao serviço da comunidade de uma área geográfica periférica dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão. Desde a sua fundação, a escola foi ajustando a sua oferta educativa e formativa às necessidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se insere.

ALFACOOP – COOPERATIVA DE ENSINO, CRL | EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE
NIPC 501462716 | Avenida Comendador Padre David | 4709-008 RUÍLHE
Telef. 253 959 000 | Fax 253 951 701 | www.eidh.eu | alfacoop@mail.telepac.pt

ALFACOOP-COOPERATIVA DE ENSINO, CRL EXTERNATO INFANTE D. HENRIQUE

Até 1976, a escola proporcionava o ensino preparatório da Telescola;

Em 1976, por via da outorga do seu alvará de funcionamento, passou a ministrar o "Ciclo Preparatório do Ensino Secundário e o Curso Geral Liceal";

Em 1977, assegurava "Cursos Noturnos dos Ensinos Preparatório e Secundário";

A partir de 1980, durante alguns anos, teve em funcionamento a educação pré-escolar;

Em 1981, começou a oferecer o ensino secundário tanto em regime diurno como em regime noturno (Curso Secundário Complementar Noturno);

Em 1985, passou a incluir na sua oferta o ensino técnico-profissional;

Em 1990, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ministrar o 12º ano;

Em 1994, passou a ministrar o ensino básico recorrente por unidades capitalizáveis;

Em 1997, a sua oferta ao nível do ensino secundário incluía o Ensino Secundário Tecnológico e o Ensino Secundário Recorrente;

Mais recentemente, a oferta do Externato Infante D. Henrique passou a incluir Cursos de Educação e Formação de Jovens e de Adultos e Cursos Profissionais de nível secundário.

Desde 1980 que esta escola tem, ininterruptamente, um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do seu corpo docente cuja média de tempo de serviço é superior a 20 anos.

A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma legítima expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança e confiança. Neste momento estamos muito apreensivos e, estamos seriamente preocupados pela manutenção dos postos de trabalho dos cerca de 130 trabalhadores docentes e não docentes da escola e pelo futuro deste projeto educativo em cuja construção estamos empenhados.

É nestas circunstâncias e com este sentimento que apresento o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora desta escola, como mãe e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos

Maria do Sameiro Neves da Silva Ferreira Noversa Teixeira

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 14:31
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541398
Entrada/Saída n.º 50 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

Ana Maria da Costa Borges Abreu, na capacidade de professora com 28 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique e mãe dois ex-alunos deste estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer à Comissão à qual preside uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

A escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupada com meu posto de trabalho e com o futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos.

Ana Maria da Costa Borges Abreu

✓

De: Anjos Conde
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 15:01
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541422
Entrada/Saída n.º 52 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

MARIA DOS ANJOS AFONSO CONDE, professora com 22 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique e exercendo atualmente o cargo de docência neste estabelecimento de ensino, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Mais particularmente, esta conjuntura faz-me temer pela manutenção do meu posto de trabalho e de todos os colegas na mesma situação, o que na conjuntura social atual é muito preocupante e grave.

Será de esperar que os nossos representes na governação do país tenham em conta os nossos problemas e os nossos temores, assim como as consequências de ficar sem emprego na conjuntura atual do país.

Além disso considero que a nossa escola tem um projeto muito válido e importante para a comunidade onde está inserida.

O Externato Infante D. Henrique é uma escola cooperativa sem fins lucrativos, propriedade da Alfacoop - Cooperativa de Ensino, crl, está localizado na freguesia de Ruílhe, do concelho de Braga e assegura neste ano letivo de 2015/2016 um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos dos ensino básico e secundário ao abrigo do contrato de associação. Destes, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais. No que se refere aos pais dos nossos alunos, 65% têm uma escolarização igual ou inferior ao 9º ano e apenas 11% exercem uma atividade profissional de nível superior ou intermédio.

Esta é uma escola inclusiva, não discrimina os alunos no acesso à escola nem na promoção do sucesso escolar e educativo para todos, promovendo no dia a dia a igualdade de oportunidades.

A escola nasceu em 1968 como posto de receção da Telescola, com uma dúzia de alunos. Em 1976 recebeu do Ministério da Educação o alvará nº 2204. Celebra neste ano de 2016 os seus 40 anos ao serviço da comunidade de uma área geográfica periférica dos concelhos de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão.

Desde a sua fundação, a escola foi ajustando a sua oferta educativa e formativa às necessidades locais e regionais, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da comunidade em que se insere.

A professora

Maria dos Anjos Afonso Conde

De: Margarida Lages
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 15:02
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido para ser ouvida pela Comissão a que Vossa Exa preside

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541425
Entrada/Saída n.º 53 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

O meu nome é Maria Margarida Campos de Sousa Lages, sou docente do Externato Infante D. Henrique, localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga. Foi neste estabelecimento de ensino, com contrato de associação, que eu aprendi o que era a escola para todos, uma escola de qualidade acessível a todos, independentemente do meio social de origem.Uma escola que existe há 40 anos e como Cooperativa de Ensino existe há 32 anos.
A minha escola assegura um serviço público de educação gratuita a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.
A minha escola acolhe as crianças do Centro Social Padre David, oriundas de famílias desestruturaras e para as quais os professores e os auxiliares da ação educativa são educadores, professores, amigos que estão sempre dispostos a ajudar
A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e encarregados de educação uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.
Infelizmente, as recentes notícias deixam-me seriamente preocupada com o futuro da MINHA escola e, como é evidente, com o meu posto de trabalho e com os milhares de postos de trabalho, que por todo o país estão em causa.O governo não deverá tomar uma decisão precipitada, deverá sim analisar com ponderação o caso de cada Escola com Contrato de Associação e com toda a sensatez possível não votar as propostas do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda.

É neste contexto que peço para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão deste país de que tanto me orgulho de fazer parte.
Gostaria de obter qualquer tipo de resposta a este meu pedido.

Com os melhores cumprimentos
A professora do Externato Infante D.Henrique
Maria Margarida Campos de Sousa Lages

De: João Rei
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 21:49
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Escolas com contrato de associação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 561448
Entrada/Saída n.º 55 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República

João Manuel Rei Soares Ferreira, professor com quinze anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola cooperativa sem fins lucrativos e assegura um serviço público de educação gratuita e de qualidade a cerca de 1260 alunos do ensino básico e secundário há 40 anos. Desses, mais de 36% são abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar e mais de meia centena são alunos com necessidades educativas especiais.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

Desde 1980 que a minha escola tem um contrato de associação com o Estado. Desde então, a escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupado pelo meu posto de trabalho e pelo futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhado.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professor e como cidadão.

Com os melhores cumprimentos.

João Manuel Rei Soares Ferreira

✓

De: Carmo Afonso
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 22:08
Para:
Assunto: Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 54149
Entrada/Saída n.º 56 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

Maria do Carmo Afonso, na capacidade de professora com 26 anos de serviço docente no Externato Infante D. Henrique e mãe dois ex-alunos deste estabelecimento de ensino com contrato de associação localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer à Comissão à qual preside uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A minha escola é uma escola inclusiva, não segrega os alunos no acesso à escola nem na procura contínua do sucesso escolar e educativo para todos.

A escola apostou na estabilidade e na qualificação do corpo docente. A recente celebração de um contrato de associação plurianual trouxe à escola, aos professores e trabalhadores não docentes e aos alunos e pais uma expectativa de estabilidade e previsibilidade que nos permitia encarar o futuro com esperança.

Neste momento, estou seriamente preocupada com meu posto de trabalho e com o futuro do projeto educativo em cuja construção estou empenhada.

É neste contexto que reitero o pedido para que, perante a Comissão a que Vª Exª preside, possa expor a minha posição sobre o assunto, como professora e como cidadã.

Com os melhores cumprimentos.

Maria do Carmo Afonso

De: Pedro Miranda
Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 00:01
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
Nº Único 541451
Entrada/Saída nº 58 Data: 21/1/16

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Chamo-me Pedro Miranda e sou professor no Externato Infante D. Henrique desde o ano letivo de 2007-2008.

Venho expor-lhe uma mensagem de preocupação face ao contexto da discussão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo através do contrato de associação.

O Externato Infante D. Henrique, estabelecimento de ensino com contrato de associação, está localizado na freguesia de Ruílhe, concelho de Braga, e presta um serviço público de educação às crianças que acolhe em condições exatamente iguais àquelas que encontrariam numa escola estatal. Os nossos alunos são, na sua maioria, oriundos de uma comunidade económica e social fragilizada e bem distante dos centros urbanos dos concelhos de Braga, Barcelos e Famalicão.

É uma escola enraizada na comunidade. Nasceu em 1968 e tem celebrado contrato de associação com o Estado desde 1980, mantendo, desde sempre, a sua identidade e orgânica de escola inclusiva: está verdadeiramente aberta a todos e vive empenhada no sucesso educativo dos alunos. Não podemos esconder que 65% dos pais dos nossos alunos têm habilitações iguais ou inferiores ao 9.º ano de escolaridade. Por isso mesmo, é uma escola que procura contribuir para o desenvolvimento da sua comunidade educativa e acrescentar valor às famílias da sua área de intervenção.

Queremos - quero! - continuar a servir a comunidade que ao longo destes anos temos ajudado a evoluir com a prestação de um serviço público de educação de qualidade. Por outro lado, quero também manifestar a minha preocupação com a iminência da extinção do meu posto de trabalho e do contributo dado ao projeto educativo e à comunidade educativa do Externato Infante D. Henrique.

Não posso esconder o sentimento triste e vexatório que esta situação me provoca. Não posso esconder a preocupação e a injustiça que a mesma impele aos alunos, às famílias e a todos os trabalhadores docentes e não docentes do Ensino Particular e Cooperativo.

Por estas razões, exponho o meu pedido para que possa apresentar a minha posição sobre o assunto, como professor desta escola e como cidadão português.

Muito grato pela melhor atenção que Vª Exª dará ao requerido, apresento os melhores cumprimentos.

Pedro José Miranda

Externato Infante D. Henrique
Avª Comendador Padre David
4709-008 RUÍLHE

Proteja o ambiente. Pense se realmente necessita de imprimir este email.
Consider the environment. Think if you really need to print this email.

De: Miguel Gonçalves
Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 13:47
Para: Comissão 8ª - CEC XIII

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República,

Alita Carvalho, Ana Salvador, António Gomes, Carla Fernandes, Elisabete Teixeira, Eunice Fernandes, Fernando Coelho, Fernando Lopes, João Cunha, José Martins, Luísa Marques, Manuel Vieira, Manuela Gil, Miguel Gonçalves, Nuno Brites, Paulo Gonçalves, Paulo Silva, Vera Gonçalves e Virgínia Pereira, docentes dos Salesianos de Poiares - Colégio, em Poiares, no concelho do Peso da Régua, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêm requerer a essa Comissão uma audiência urgente, com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes.

Salesianos de Poiares – Colégio, 21 de janeiro de 2016

Este e-mail foi verificado em termos de vírus pelo software antivírus Avast.
www.avast.com

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541454
Entrada/Saída n.º 60 Data: 21/1/16

De: Miguel Goncalves

Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 13:48
Para: Comissão 8ª - CEC XIII

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República,

Alita Carvalho, Ana Salvador, António Gomes, Carla Fernandes, Elisabete Teixeira, Eunice Fernandes, Fernando Coelho, Fernando Lopes, João Cunha, José Martins, Luísa Marques, Manuel Vieira, Manuela Gil, Miguel Gonçalves, Nuno Brites, Paulo Gonçalves, Paulo Silva, Vera Gonçalves e Virgínia Pereira, docentes dos Salesianos de Poiares - Colégio, em Poiares, no concelho do Peso da Régua, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêm requerer a essa Comissão uma audiência urgente, com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes.

Salesianos de Poiares – Colégio, 21 de janeiro de 2016

Atenção:

Os nossos endereços de correio eletrónico sofreram alterações. Passaram a terminar @poiares.salesianos.pt em vez de @esp.salesianos.pt.
Agradecemos que altere a sua lista de endereços.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único
Entrada/Saída n.º Data: / /

De: Jose Manuel
Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 12:27
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Audiência

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541452
Entrada/Saída n.º 59 Data: 21/1/16

Ao Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República,

Alita Carvalho, Ana Salvador, António Gomes, Carla Fernandes, Elisabete Teixeira, Fernando Coelho, Fernando Lopes, Isabel Meira, João Cunha, José Martins, Luísa Marques, Manuel Vieira, Manuela Gil, Miguel Gonçalves, Nuno Brites, Paulo Gonçalves, Paulo André Silva, Paulo Silva, Vera Gonçalves e Virgínia Pereira, docentes dos Salesianos de Poiares - Colégio, em Poiares, no concelho do Peso da Régua, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêm requerer a essa Comissão uma audiência urgente, com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes.

Salesianos de Poiares – Colégio, 21 de janeiro de 2016

Atenção:

Os nossos endereços de correio eletrónico sofreram alterações. Passaram a terminar @poiares.salesianos.pt em vez de @esp.salesianos.pt.
Agradecemos que altere a sua lista de endereços.

De: Jose Manuel
Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 13:11
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Contratos de associação_audiência

Ao Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República,

Alita Carvalho, Ana Salvador, António Gomes, Carla Fernandes, Elisabete Teixeira, Fernando Coelho, Fernando Lopes, Isabel Meira, João Cunha, José Martins, Luísa Marques, Manuel Vieira, Manuela Gil, Miguel Gonçalves, Nuno Brites, Paulo Gonçalves, Paulo André Silva, Paulo Silva, Pedro Moais, Sofia Lobão, Vera Gonçalves e Virgínia Pereira, docentes dos Salesianos de Poiares - Colégio, em Poiares, no concelho do Peso da Régua, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêm requerer a essa Comissão uma audiência urgente, com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes.

Salesianos de Poiares – Colégio, 21 de janeiro de 2016

Atenção:

Os nossos endereços de correio eletrónico sofreram alterações. Passaram a terminar @poiares.salesianos.pt em vez de @esp.salesianos.pt.
Agradecemos que altere a sua lista de endereços.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Única
Entrada/Saída n.º Data: / /

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 543532
Saída n.º 145 Data: 16/2/16

De: Rui Barbosa
Enviado: segunda-feira, 15 de Fevereiro de 2016 23:29
Para: Comissão 8ª - CEC XIII; José Manuel Jesus
Cc:
Assunto: Pedido de informação - audiência "contratos de associação"

Exmo. Sr. José Manuel C. de Jesus,

após termos tido conhecimento de que decorriam pedidos de audiência relacionados com o tema "Contratos de Associação", enviámos um email (Rui Barbosa e Alexandra Rosa), no passado dia 04 de Fevereiro, ao Sr. Presidente da CECC, a solicitar a nossa presença nessa mesma audiência.

Tivemos conhecimento, hoje, que está prevista a realização da audiência para a próxima 4ª feira, dia 17. Gostaríamos que nos indicasse, por favor, se o nosso pedido foi aceite e se podemos estar presentes na referida audiência.

Gratos pela atenção.

Com os melhores cumprimentos
Rui Barbosa e Alexandra Rosa

Rui Barbosa
Doutorado em Energia e Bioenergia, pela FCT-UNL/PhD in Energy and Bioenergy, by FST-NUL
Mestre em Bioenergia, pela FCT-UNL/MSc in Bioenergy, by FST-NUL
Licenciado em Engenharia do Ambiente, pela FCT-UNL/Graduated in Environmental Engineering, by FST-NUL

Correio electrónico/E-mail:

Este e-mail foi enviado a partir de um computador sem vírus protegido pela Avast.
www.avast.com

De: APACAIC Associação de Pais dos Alunos do CAIC
Enviado: sexta-feira, 22 de Janeiro de 2016 01:31
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição urgente à Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República
Anexos: Carta_CECC_AR.pdf; pedido_de_audiência_CECC_AR.pdf

Importância: Alta

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541553
Entrada/Saída n.º 70 Data: 22/1/16

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

A Associação de Pais dos Alunos do Colégio da Imaculada Conceição, APACAIC, em Cernache (Coimbra) estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêm requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre a importância do contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Com os nossos respeitosos cumprimentos,

Cernache, 21.01.2016

A Direção da APACAIC,

Deolinda Dias Rasteiro, Professora Doutora

ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS ALUNOS DO COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO

APACAIC

Ao Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura da Assembleia da República

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

A Associação de Pais dos Alunos do Colégio da Imaculada Conceição, APACAIC, em Cernache (Coimbra) estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêm requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre a importância do contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Com os nossos respeitosos cumprimentos,

Cernache, 21.01.2016

A Direção da APACAIC,

Deolinda Maria Lopes Dias Rasteiro

(Deolinda Dias Rasteiro, Professora Doutora)

Cernache, 3044-519 Coimbra Telf: 239 940 030/963531884

ASSOCIAÇÃO DE PAIS DOS ALUNOS DO COLÉGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO

APACAIC

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura da Assembleia da República

Estando em análise o processo legislativo quanto às resoluções do BE e PCP relativamente aos contratos de associação, a Associação de Pais dos Alunos do Colégio da Imaculada Conceição, APACAIC vem, por este meio, convidar a Comissão que V. Exa. preside a conhecer o Colégio da Imaculada Conceição (CAIC).

O CAIC tem desde 1978 contrato de associação, uma vez que desde essa data até ao presente não existe na área de envolvência nenhuma escola com oferta de ensino do 2º Ciclo, 3º Ciclo e Secundário incluindo cursos Vocacionais e Profissionais.

Apresentamos na Tabela 1 (abaixo) os dados absolutos e os rácios que espelham a realidade do CAIC relativamente ao número de turmas com contrato de associação e ao número de turmas integrando o ensino profissional e vocacional, bem como aos rácios discente/docente, discente/não docente e não docente/docente.

Nº de alunos	Turmas	Alunos	Média alunos/ turma	Docentes	Não docentes	Rácio discente/docente	Rácio discente/não docente	Rácio não docente/ docente
2015/16								
737	26	737	28,35	55	29	13,16	25,41	0,48
855	32	855	26,72	61	29	14,02	29,48	0,48

Tabela 1. Dados Estatísticos Absolutos & Rácios

A segunda linha da Tabela 1 integra os dados referentes ao ensino profissional e vocacional. Alertamos para o facto de, quando analisados os dados referentes às turmas em contrato de associação, o rácio de alunos por professor pecar por defeito uma vez que muitos dos professores que aí dão aulas lecionam também, nos cursos profissionais/vocacionais. Além

Cernache, 3044-519 Coimbra Telf: 239 940 030/963531884

destes dados importa referir que dos 855 alunos que se encontram a frequentar o CAIC, 185 são alunos que beneficiam da Ação Social Escolar, 18 encontram-se institucionalizados e também que 68 dos estudantes são alunos com Necessidades Educativas Especiais. A admissão de todos os alunos cumpre rigorosamente os critérios estipulados na legislação.

A serem tomadas as resolúções constantes nos projetos apresentados em reunião da Assembleia da República no passado dia oito de janeiro do presente ano, ou a ser levado ao extremo o novo Projecto de Resolução Conjunta – Texto de Substituição dos Projetos de Resolução nº 56/XIII/1ª (BE) e Nº61/XIII/1ª (PCP) consideramos que estas implicarão a interrupção dos percursos educativos dos 855 alunos do CAIC e o consequente encerramento deste Colégio, com a destruição de 90 postos de trabalho diretos e algumas dezenas de postos de trabalho indiretos fundamentais à comunidade.

Sendo a nossa preocupação principal o CAIC, não podemos perder de vista a globalidade representada pelos 20% que o Ensino Particular e Cooperativo representam no sistema educativo português, bem como os cerca de 45.000 postos de trabalho e os 330.000 alunos do pré-escolar ao secundário, ou se quisermos ter em conta apenas aqueles que beneficiam de algum tipo de apoio do estado, cerca de 170.000 alunos e 20.000 postos de trabalho que podem ser colocados em causa por esta medida. Este facto pode vir a significar o maior despedimento coletivo alguma vez registado em Portugal.

O CAIC, com contrato de associação desde 1978, assinado a pedido do estado de forma a poder suprir a falta de oferta estatal, tem cumprido de forma exemplar desde então até ao presente esse papel, dando resposta aos mais variados tipos de alunos o que o levou a apostar também em CEF, Cursos Vocacionais e Cursos Profissionais não recusando nunca qualquer aluno que o procurasse mesmo aqueles que muitas outras escolas recusaram.

O CAIC é uma instituição sem fins lucrativos e quem o visita facilmente se apercebe que as verbas são investidas em prol dos alunos.

Consideramos também que a melhoria da escola pública estatal não se faz contra a escola pública não estatal. Acreditar que o encerramento do CAIC ou uma redução do número de

alunos que o frequenta pode levar à melhoria das escolas para onde os alunos seriam deslocados, não corresponde minimamente à verdade uma vez que a melhoria destas não se faz com mudanças administrativas mas com incremento da qualidade, esta sim é reconhecida pelos pais. A qualidade afere-se não apenas pelos resultados escolares mas pela procura de que a escola é alvo. O Projecto Educativo do Colégio tem sido alvo de procura por parte dos pais que é visível no número médio de alunos por turma. Acresce ainda que o serviço público prestado pelo CAIC à população vai muito para além do que os números acima expressam, servindo a comunidade envolvente nomeadamente nas refeições aos alunos da EB1 de Cernache, disponibilizando as suas instalações para as EB1 da Freguesia e freguesias limítrofes bem como instituições de carácter social, etc, apresentando-se como uma escola verdadeiramente inclusiva.

O CAIC apesar de todos os constrangimentos económicos resultantes dos cortes financeiros mantem catorze grupos equipa no Desporto Escolar. Estas abrangem mais de um quarto dos seus alunos e quase todos os anos apura equipas para as fases finais, tendo várias equipas campeãs nacionais do Desporto Escolar e por 3 ocasiões representado o país como Seleção Nacional de Voleibol. Consideramos que o desporto é parte integrante da formação humana integral bem como muitas outras atividades de formação humana que englobam a totalidade dos alunos e em muitos casos as respetivas famílias.

Muito embora essa não seja a realidade do CAIC as populações reconhecem que, em zonas onde existe opção entre um colégio com contrato de associação e uma escola estatal, existe uma competição saudável de que todos beneficiam. A extinção ou a redução deste contrato configura o rompimento de um equilíbrio local existente que vai alterar por completo o dia-a-dia das famílias e dos alunos que dele usufruem.

Com a assinatura dos contratos plurianuais em agosto de 2015 julgávamos ter assegurada a estabilidade para que os nossos filhos e aqueles que nos/lhes hão de suceder aqui cumprissem toda a sua escolaridade obrigatória, dando-se desta forma um cabal cumprimento à Lei de Bases do Sistema Educativo que no seu n.º 1 do artigo 58.º estabelece que os estabelecimentos do

Ensino Particular e Cooperativo, onde se inclui o CAIC, são considerados parte integrante da rede escolar.

O CAIC faz serviço público de educação, que pode ser atestado por nós em representação dos pais cujos filhos dele usufruem, pelo que cumpre o princípio constitucional de assegurar à zona onde está inserido a existência de um *"estabelecimento público de ensino que cubra as necessidades de toda a população"*.

Ao longo dos anos a população estudantil do CAIC tem-se mantido praticamente inalterada não podendo a redução de alunos na escola pública estatal ser imputada à nossa existência. Importa ainda referir que os alunos do CAIC ficam mais baratos ao estado (custo *per capita* de cerca de 2800€), pelo que não vislumbramos qualquer mais valia com a mudança que se propõe.

Os instrumentos existentes foram criados em 1980 (Decreto-lei n.º 553/80, de 21 de novembro) e foram usados, com mais ou menos abrangência, por todos os governos desde então.

Consideramos ainda que não existindo uma linha no programa eleitoral do PS ou no programa do Governo PS sobre isto, tendo os apoios à liberdade de educação não sido reforçados pelo governo anterior, sendo inclusive reduzidos, sistematicamente desde 2008 é absolutamente necessário que na Educação sejam considerados e preservados os valores da **fidelidade** e **previsibilidade.**

Enquanto pais temos, ao longo destes (muitos) anos, feito a opção de escolher e confiar a tarefa de nos ajudar a educar os nossos filhos ao CAIC, pretendemos continuar a fazê-lo. Pretendemos que os senhores deputados, como nossos representantes, nos ajudem a continuar a fazê-lo.

A Associação de Pais dos Alunos do Colégio da Imaculada Conceição, APACAIC

Dedinda Maria Lopes Dias Rosteiro

√

De: cruz neto
Enviado: sexta-feira, 22 de Janeiro de 2016 09:39
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Audiencia

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541555
Entrada/Saída n.º 71 Data: 22/1/16

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

Eu Susana da Cruz Neto, não docente do Colégio de S. Miguel em Fátima, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre essa matéria, vêem requerer a essa Comissão uma **audição urgente** com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a rutura afectaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes .

22 de Janeiro 2016
Susana da Cruz Neto

De: tiago barbosa
Enviado: terça-feira, 16 de Fevereiro de 2016 09:45
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: minuta de pedido de audição - a adaptar por cada um

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 543534
Entrada/Saída n.º 146 Data: 16/2/16

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

Tiago da Silva Barbosa, José Maria Maia Pereira, Cristina Maria Pereira Marto Silva, Arminda Lopes Felicidade Pereira, Olinda Reis Vieira Lopes não docentes do Colégio de S.Miguel em Fátima, Estando a acompanhar a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêem requerer a essa Comissão requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rotura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo para os alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos educadores docentes e não docentes.

Data e assinatura

15-02-2016 Tiago BARBOSA

De: cristina marto
Enviado: segunda-feira, 15 de Fevereiro de 2016 20:53
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 543531
Entrada/Saída n.º 144 Data: 16/2/16

Cristina Maria Pereira Marto Silva, trabalhador não docente do Colégio de São Miguel em Fátima, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, venho requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Grata pela atenção.

Fátima, 15 de Fevereiro de 2016

Cristina Marto

De: cristina marto
Enviado: segunda-feira, 15 de Fevereiro de 2016 20:43
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 543530
Entrada/Saída n.º 143 Data: 16/2/16

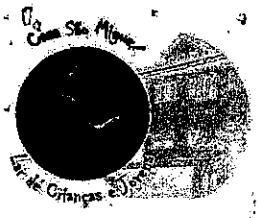
Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

Cristina Maria Pereira Marto Silva, mãe e encarregada de educação dos alunos: Gabriel Marto da Silva, Alexandre Marto da Silva e Tiago Marto da Silva, todos eles a frequentar o Colégio de São Miguel em Fátima, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, venho requerer a essa comissão uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Grata pela atenção.

Fátima, 15 de Fevereiro de 2016

Cristina Marto



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541639
Entrada/Saída n.º 78 Data 25/01/2016

Ac/ Presidente da Comissão de Educação Ciência
e Cultura da Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Data	N/ Ref.	V/ Ref.
21.01.2016	03/2016	

ASSUNTO: Reivindicação à proposta de resolução do BE e PCP relativa à extinção do apoio aos alunos do Ensino Particular e Cooperativo

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

No seguimento da discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, **o Centro de Ação Social do Santuário de Fátima, Casa de São Miguel – Lar de Crianças e Jovens** vem pelo presente meio requerer a essa Comissão uma **audição urgente** com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Na nossa situação, em particular, tudo se agravaria se esta situação fosse avante, pois somos uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que acolhe crianças/jovens em risco provenientes de famílias desfavorecidas e disfuncionais, que chegam até nós com problemáticas diversas associadas de difícil resolução.

Até à data, a Casa de São Miguel tem realizado um trabalho de excelência em parceria com a comunidade educativa do **Colégio de São Miguel**, e temos perfeita noção que muitos dos resultados positivos que esta instituição obtém se devem em grande parte ao contributo permanente e a todos os níveis deste mesmo Colégio.

Contando que se cortarem turmas ao Colégio São Miguel ou se até mesmo o extinguirem, estarão a colocar em causa a permanência das nossas educandas no contexto escolar, e no caso de se obter solução teríamos que encaminhar as nossas educandas para uma escola que se localize fora de Fátima e neste sentido a probabilidade de conseguirmos alcançar os objetivos delineados para concretização viável do projeto de vida

Centro de Ação Social do Santuário de Fátima
Rua São Vicente Paulo, nº 34
2495 - 438 FÁTIMA

NIPC: 503 312 061

destas crianças/jovens ficará com certeza comprometido, pois vamos deixar de puder prestar um acompanhamento tão personalizado como é feito até agora, assim como será difícil disseminar a ideia pré-concebida relativa às crianças/jovens institucionalizadas. Dificuldade essa que não é tida no Colégio de São Miguel, pois toda a comunidade educativa está sensibilizada perante a melhor forma de ação perante tais situações.

Mas nós, somos uma minoria perante a população que poderá ser afetada, irreversivelmente, com este tipo de decisão, pois deverão ter em conta os seguintes aspetos:

- Estas resoluções implicam a interrupção dos percursos educativos de dezenas de milhares alunos.
- Estas resoluções implicam o encerramento de centenas de estabelecimentos de ensino.
- Estas resoluções implicam a destruição de milhares postos de trabalho.
- O EPC representa 20% do sistema educativo português, cerca de 45.000 postos de trabalho, 330.000 alunos (do pré-escolar ao secundário). Menos de metade dos alunos têm apoio do Estado (contrato de associação, contrato simples de apoio à família, contrato de patrocínio do ensino artístico)
- No seu conjunto, os apoios cobrem cerca de **170.000 alunos** e **20.000 postos de trabalho**.
- Os estabelecimentos de ensino do EPC que têm contrato com o Estado são, maioritariamente, cooperativas, associações, fundações, outras figuras de entidades sem fins lucrativos.
- A extinção destes apoios às famílias em nada beneficiaria as outras famílias ou os contribuintes. Os apoios em causa representam apenas **2%** do orçamento do Ministério da Educação (servindo 11% dos alunos do sistema).
- A melhoria da escola pública estatal não se faz contra a escola não estatal.
- As populações reconhecem que, em zonas onde existe opção entre um colégio com contrato de associação e uma escola estatal, existe uma competição saudável de que todos beneficiam.
- A extinção dos contratos configura o rompimento de um equilíbrio social e político com mais de 35 anos. Os instrumentos existentes foram criados em 1980 (Decreto-lei n.º 553/80, de 21 de novembro) e foram usados, com mais ou menos abrangência, por todos os governos desde então.
- Não há uma linha no programa eleitoral do PS ou no programa do Governo PS sobre isto.
- Os apoios à liberdade de educação não foram reforçados pelo governo anterior; foram reduzidos. E têm vindo a sê-lo, sistematicamente, desde 2008.
- Valores da **estabilidade** e **previsibilidade**. Contratos plurianuais, que permitem olhar para o futuro com alguma confiança quanto às condições de operação.
- Os argumentos contra estes contratos valeriam, *mutatis mutandi*, para a extinção a prazo do financiamento das escolas profissionais.

- A Constituição da República prevê as liberdades fundamentais de aprender e ensinar (n.º 1 do artigo 43.º) e de criar escolas particulares e cooperativas (n.º 4 do artigo 43.º).
- Na revisão constitucional de 1982, a supletividade do ensino particular e cooperativo foi eliminada da Constituição (n.º 2 do artigo 75.º).
- A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo são "uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos" (n.º 1 do artigo 57.º)
- A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece que os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo são parte integrante da rede escolar (n.º 1 do artigo 58.º)

Aguardando de V. Exa. a melhor atenção e compreensão face ao exposto, contamos assim que os nossos direitos constitucionais sejam respeitados, apenas queremos ser ouvidos e dar a conhecer a nossa posição perante tal discussão.

Grata pela atenção que nos possa dispensar,

Com os melhores cumprimentos me subscrevo,

Respeitosamente,

Fátima, 21 de janeiro de 2016.

CENTRO DE ACÇÃO SOCIAL
DO SANTUÁRIO DE FÁTIMA
A Diretora Técnica
"Casa de São Miguel" - Lar de Crianças e Jovens
Tel. 249 534 233 - Telefax 249 534 082
E-mail: [illegible]
Rua S. Vicente de Paulo, 34 • 2495-438 FÁTIMA
CONTRIBUINTE N.º 503 312 061

De: Centro Estudos de Fátima - Rui
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 10:30
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541187
Entrada/Saída n.º 96 Data: 19/1/16

Exmo Sr. Presidente da CECC da AR,

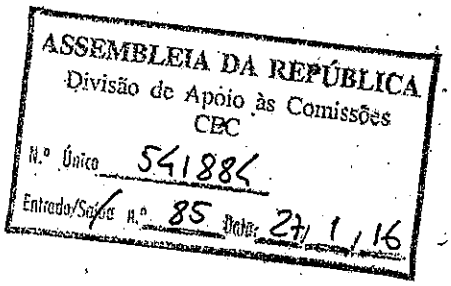
O pessoal não docente do Centro de Estudos de Fátima – CEF, sito em Fátima, estando a acompanhar com preocupação a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição sobre os contratos de associação existentes nesta cidade e as suas vantagens e o modo como a sua não existência ou redução afetaria o percurso educativo dos alunos, o emprego dos seus funcionários e o equilíbrio da própria sociedade civil.

A Comissão de Trabalhadores

Animações GRATUITAS para seu e-mail [redacted]

De: Júlio Rosa
Enviado: terça-feira, 26 de Janeiro de 2016 13:52
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audiência

Categorias: MM



Exmo. Senhor Presidente da CECC da AR

Cília Seixo, Anabela Milheiro, Rosa Isabel Cruz, Júlio Rosa e Alexandre Estêvão, representantes dos docentes do **Centro de Estudos de Fátima**, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos Contratos de Associação, e sabendo que estão em discussão nessa Comissão projetos de resolução sobre essa matéria, vêm requerer uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre este assunto. Esta pretensão tem ainda como objetivo sensibilizar V/ Exca. para as virtuosidades dos Contratos de Associação e as consequências drásticas que essa rutura irremediavelmente traria ao percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino, bem como à salvaguarda do direito ao emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Gratos pelo bom acolhimento.

O representante da comissão

Júlio Rosa

De: Eugénio Pereira Lucas
Enviado: quarta-feira, 27 de Janeiro de 2016 23:18
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição urgente

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541985
Entrada/Saída n.º 87 Data: 28/1/16

Ao Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

Eugénio Pereira Lucas, pai de um aluno do Centro de Estudos de Fátima, em Fátima, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Com os melhores cumprimentos,

Eugénio Lucas

De: Associação de Pais Instituto Nun' Alvres
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 23:01
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Contratos de Associação
Anexos: Pedido de Audição.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 54145
Entrada/Saída n.º 57 Data: 21/1/16

Exmos Senhores,

Pedimos a vossa melhor atenção para o documento em anexo.

Com os melhores cumprimentos.

A Associação de Pais do Instituto Nun'Alvres

INAAP - ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO INA
Caldas da Saúde - 4784-907 Santo Tirso

Ao Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura da Assembleia da República

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

A Associação de Pais do Instituto Nun'Alvres, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão, nessa comissão, projetos de resolução sobre a matéria, vêm requerer a essa Comissão uma **audição urgente** com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre a importância do contrato de associação, ao nível pedagógico, social e cultural.

Com os nossos respeitosos cumprimentos,

A Direcção da Associação,

(Sara Azevedo, Dra.)

√

De: Francisca Dias
Enviado: sexta-feira, 22 de Janeiro de 2016 00:51
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: URGENTE - Audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541551
Entrada/Saída n.º 68 Data: 22/1/16

Exmo. Sr.

Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da

Assembleia da República

Nós, Fernando Jorge Mianda Ramos e Maria Francisca Ribeiro Moreira Dias, pais de uma aluna do Instituto Nun' Alvres, localizado nas Caldas da Saúde, em Santo Tirso, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêem requerer a essa Comissão uma **audição urgente** com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afectaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Desde já agradecendo a Vossa atenção,

Com os nossos cumprimentos,

Fernando Jorge Miranda Ramos
Francisca Moreira Dias

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:54
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: FW: Correio do Cidadão: Pedido de audiência - esclarecimento sobre contrato de associação
Anexos: DOC002.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541380
Entrada/Saída n.º 40 Data: 21/1/16

De:
Enviada: 20 de janeiro de 2016 09:33
Para:
Assunto: Correio do Cidadão: Pedido de audiência - esclarecimento sobre contrato de associação

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Para: Alexandre Quintanilha

Mensagem:
Os nossos melhores cumprimentos.

Vimos por este meio remeter a V. Exa. cópia do documento enviado via postal a requerer uma audiência, por forma a prestar todos os esclarecimentos necessários sobre o contrato de associação para prestação de serviço público de ensino em Águeda.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos com a mais elevada estima e consideração.

Atentamente,

José Coelho e Maria de Lurdes Coelho
Sócios-Gerentes da EPT - Estudos Particulares da Trofa, Lda/Instituto Duarte de Lemos

INSTITUTO DUARTE DE LEMOS

"ESTABELECIMENTO DE ENSINO INTEGRANTE DA REDE PUBLICA. FINANCIADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA AO ABRIGO DO CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO."

Ao Presidente da Comissão de Educação,

Ciência e Cultura da Assembleia da República

Ofício nº 5/2016

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

Os nossos melhores cumprimentos.

Nós, José António Coelho e Maria de Lurdes Coelho, na qualidade de sócios-gerentes da EPT, Estudos Particulares da Trofa, Lda., proprietária da escola do 2º e 3º ciclos do ensino básico Instituto Duarte de Lemos, sita em Águeda, com contrato de associação com o Estado desde 1997, vimos requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa opinião sobre a realidade da nossa escola e respetivo sistema de ensino.

Este requerimento é suscitado pela preocupação que a discussão sobre os projetos de resolução do PCP e BE transmitem para a comunidade educativa da escola que representamos. Pretendemos demonstrar durante a reunião os elevados prejuízos das medidas constantes dos referidos projetos de resolução, tanto para o Estado como a população que servimos.

Com a mais elevada estima e consideração,

A Gerência da EPT, Estudos Particulares da Trofa, Lda./Instituto Duarte de Lemos

Águeda, 19 de janeiro de 2016

E.P.T. - Estudos Particulares da Trofa, Lda.
A Gerência

INSTITUTO DUARTE DE LEMOS

"ESTABELECIMENTO DE ENSINO INTEGRANTE DA REDE PUBLICA. FINANCIADO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA AO ABRIGO DO CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO."

Distribuir a todos os Deputados ☐
Distribuir aos Coordenadores GP's ☐
Agradecer ☐
Visto ☐
Data ___/___/___
O Presidente

Ao Presidente da Comissão de Educação,
Ciência e Cultura da Assembleia da República

Ofício nº 5/2016

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

Os nossos melhores cumprimentos.

Nós, José António Coelho e Maria de Lurdes Coelho, na qualidade de sócios-gerentes da EPT, Estudos Particulares da Trofa, Lda., proprietária da escola do 2º e 3º ciclos do ensino básico Instituto Duarte de Lemos, sita em Águeda, com contrato de associação com o Estado desde 1997, vimos requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa opinião sobre a realidade da nossa escola e respetivo sistema de ensino.

Este requerimento é suscitado pela preocupação que a discussão sobre os projetos de resolução do PCP e BE transmitem para a comunidade educativa da escola que representamos. Pretendemos demonstrar durante a reunião os elevados prejuízos das medidas constantes dos referidos projetos de resolução, tanto para o Estado como a população que servimos.

Com a mais elevada estima e consideração,

A Gerência da EPT, Estudos Particulares da Trofa, Lda./Instituto Duarte de Lemos

Águeda, 19 de janeiro de 2016

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541608
Entrada/Saída n.º 76 Data: 22/01/2016

E.P.T. - Estudos Particulares da Trofa, Lda.
A Gerência

De: Alexandre Quintanilha
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:53
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: FW: Correio do Cidadão: Esclarecimento - Contratos de Associação
Anexos: Comissão de Educação.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541378
Entrada/Saída n.º 39 Data: 21/1/16

De:
Enviada: 19 de janeiro de 2016 18:19
Para: Alexandre Quintanilha
Assunto: Correio do Cidadão: Esclarecimento - Contratos de Associação

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Para: Alexandre Quintanilha

Mensagem:
Os nossos melhores cumprimentos,

Somos pelo presente a enviar um documento que pretende esclarecer a realidade da nossa escola e do seu funcionamento à luz do contrato de associação com o Estado.
Pedimos a V. Exa. que nos conceda a oportunidade para esclarecer pessoalmente estes pontos, por forma a compreender o impacto de ações futuras sobre o nosso sistema de ensino.

Com a maior estima e consideração,

João Coelho
Direção Pedagógica do Instituto Duarte de Lemos

Ex. mos Senhores
Deputados da Comissão de Educação e Ciência

Águeda, 19 de janeiro de 2016

Os nossos melhores cumprimentos,

Temos acompanhado com natural apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação, nomeadamente o teor dos projetos de resolução apresentados pelo PCP e BE que se encontram em análise na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência.

Nesse sentido, entendemos ser relevante para o enriquecimento do debate em curso remeter a V. Exas. uma breve apresentação do trabalho desenvolvido no Instituto Duarte de Lemos, uma escola cujo funcionamento depende exclusivamente do contrato de associação celebrado com o Ministério da Educação, desde o ano letivo de 1997/1998.

O Instituto Duarte de Lemos insere-se na Trofa, União de Freguesia de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, concelho de Águeda, distrito de Aveiro, situada no Baixo Vouga (região centro do país, uma zona de transição entre o Litoral e o Interior).

É um estabelecimento de ensino integrante da rede pública, financiado pelo Ministério da Educação ao abrigo de um contrato de associação, regulamentado de acordo com o novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, conjugado com a Portaria n.º 59/2014. O ensino ministrado neste estabelecimento é destinado a alunos do 2º e 3º ciclos de escolaridade.

Trata-se de um estabelecimento de ensino que foi construído de raiz para dar resposta às necessidades educativas sentidas na zona norte do Concelho de Águeda. Ao longo de quase vinte anos de funcionamento tem respondido às aspirações de milhares de alunos e pais que encontraram

nesta escola a oferta educativa adequada aos seus projetos de vida pessoais e familiares.

Atualmente o Instituto Duarte de Lemos conta com 591 alunos distribuídos por 22 turmas (8 do 2º ciclo e 14 do 3º ciclo). Refira-se que este número de turmas tem vido a ser alvo de ajustamentos nos últimos anos letivos, a título de exemplo - em 2011/2012 (24 turmas), 2012/2013 (23 turmas) e 2014/2015 (22 turmas).

O Instituto Duarte de Lemos é responsável direto por 59 postos de trabalho, além de um importante impacto na economia local, nomeadamente ao nível da prestação de serviços e aquisição de bens de mais variada natureza.

A ação do Instituto Duarte de Lemos pautou-se desde a sua fundação por uma postura absolutamente inclusiva e de serviço à comunidade onde se insere, repudiando de forma veemente quaisquer políticas ou medidas de seleção de alunos. Os dados remetidos ao Ministério da Educação ao longo dos 19 anos de funcionamento desta escola, bem como as diversas ações inspetivas da IGE, são inequívocos quanto ao que acabamos de afirmar. No presente ano letivo a nossa escola conta com 214 alunos abrangidos pela Ação Social Escolar, 36% do total, e 35 alunos com Necessidades Educativas Especiais.

A vertente social manteve desde sempre um papel central na ação deste estabelecimento de ensino, nomeadamente no apoio às famílias mais desfavorecidas da comunidade educativa, quer diretamente, quer articulando a sua ação com as instituições e entidades existentes. A título de exemplo podemos referir um sistema pioneiro de empréstimo de manuais, muito antes da lei o prever.

A nossa presença na comunidade é visível tanto na vertente social como cultural. Contribuímos frequentemente para a visibilidade das obras sociais que nos rodeiam, participamos em todas as atividades da Câmara Municipal de Águeda dirigidas para as escolas, temos assento nos órgãos consultivos para a Ação Social e Educação no nosso concelho, alimentamos a vitalidade dos espaços culturais e sociais circundantes, apoiamos aqueles que se apresentam com carências sociais e económicas.

A cantina, que garante diariamente a refeição à esmagadora maioria dos alunos, é gerida diretamente pela escola, o que se traduz numa clara mais-valia para a comunidade educativa mas acarreta naturalmente outro tipo de encargos que uma situação de concessão não representaria.

As vertentes pedagógica e social foram sempre a prioridade do Instituto Duarte de Lemos, o que se traduz na oferta absolutamente gratuita de um conjunto de atividades extracurriculares a todos os alunos. Estas atividades abarcam áreas como a Cultura, o Desporto e as Tecnologias, entre outras:

a) Atividades desportivas como a Vela, a Canoagem, o Ténis de Mesa, o Andebol, o Basquetebol ou Xadrez;

b) A existência de clubes em áreas como o Teatro, a Dança, a Música, a Leitura, o Cinema, a Fotografia, o Jornalismo ou os assuntos ligados à integração europeia;

c) A introdução este ano letivo do Mandarim como possibilidade para que os alunos tomem contacto e prendam as bases de uma língua e cultura determinantes no mundo atual;

d) O desenvolvimento de iniciativas na área das tecnologias e ambiente, com a participação em concursos nacionais e internacionais nestas áreas;

e) A participação, promoção e organização de atividades de índole cultural (Concurso Literário D. Duarte de Lemos, Festival de Palco (Teatro, Dança e Música), entre outras).

Contribuem decisivamente para a uma formação verdadeiramente global e completa que defendemos para todos os nossos alunos, um tipo de oferta educativa, cultural e desportiva de que uma grande parte dos alunos, por dificuldades financeiras ou familiares, se encontraria privada se não fosse a escola a proporcioná-la.

No que nos é possível apresentar quanto ao sucesso escolar dos nossos alunos, começamos por afirmar que não temos abandono escolar. Os alunos atingem taxas de sucesso superiores à média nacional, sempre dentro da única oferta formativa de que dispomos, o ensino regular. Apesar de ser um dado desvalorizado pelos promotores dos referidos projetos de resolução, chamamos a atenção para os resultados obtidos pelos nossos alunos em relação às restantes escolas do nosso concelho (num dos rankings apresentados pela imprensa nacional, neste caso, o do Jornal de Notícias). É

uma comparação com alunos da mesma área geográfica, com a mesma preponderância socioeconómico, ou seja, não há caráter distintivo para além do facto de que as escolas são diferentes.

Posição no ranking nacional - exames 6º Ano	Posição Ranking 2012	Posição Ranking 2013	Posição Ranking 2014	Posição Ranking 2015
Instituto Duarte de Lemos	253	192	230	305
Valongo do Vouga	528	452	467	420
Fermentelos	861	445	622	540
Fernando Caldeira	354	499	324	550
Aguada	654	371	284	638

Posição no ranking nacional - exames 9º Ano	Posição Ranking 2010	Posição Ranking 2011	Posição Ranking 2012	Posição Ranking 2013	Posição Ranking 2014	Posição Ranking 2015
Instituto Duarte de Lemos	163	237	82	180	149	249
Adolfo Portela	629	254	400	648	237	302
Valongo	941	677	291	363	419	345
Marques Castilho	474	728	383	199	847	386
Fermentelos	664	177	653	652	468	534
Aguada	609	1050	507	630	465	562
Fernando Caldeira	1093	1153	1272	1291	1224	1229

O lugar de destaque que obtemos nestes anos advém dum forte investimento de trabalho dos nossos profissionais em preparação dos alunos para estes exames e para as restantes disciplinas, pois sabemos todos que os bons resultados nos exames não se obtêm sem os bons resultados nas várias facetas dos alunos. Acreditamos que o nosso trabalho também tem contribuído para a melhoria dos resultados das escolas que nos rodeiam, o que se constatará nas mesmas tabelas e que se vive na relação saudável que temos de parceria também com as escolas estatais da rede pública que todos servimos.

Estes resultados escolares são alcançados com um custo médio por aluno de 3000€/ano. Contestamos a ideia de redundância de oferta e de custos, porque estes 3000€/ano acompanham essencialmente os alunos independentemente da escola para onde se dirijam (isto se assumirmos que

um aluno numa escola estatal custa o mesmo que na nossa escola, o que sabemos ser um desafio difícil de concretizar).

A este valor deverá ser descontado o somatório de contribuições para Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações, taxas e impostos que regressam para a Administração Pública.

É relevante afirmar que o Estado não suporta os custos correntes com a gestão diária da nossa escola, recebe os valores de impostos, taxas e contribuições e também não tem que suportar o total de investimentos (4.000.000,00€ em 20 anos) para construir esta escola, comprar material pedagógico e manter todo esse material. O Estado não corre igualmente o risco de suportar os custos indemnizatórios em qualquer situação de redução de pessoal imposta por alterações legislativas (como as que temos sofrido nos últimos anos e podemos sofrer em anos vindouros).

Em suma, gostaríamos que ficasse registado que entendemos a aceitação dos projetos de resolução como um erro político, danoso do interesse público e do futuro do nosso país. Pelos postos de trabalho em causa, pelo serviço que prestamos e sua aceitação na comunidade, pela relevância social e cultural da nossa escola, pela eficiência na gestão de dinheiros públicos, pela poupança sucessiva proporcionada ao Estado e pela melhoria introduzida ao sistema educativo português, a contração do nosso contrato em pouco, muito ou na sua totalidade é um erro.

João Coelho
António Pinho

Diretores Pedagógicos do Instituto Duarte de Lemos

De: Sandra Silva
Enviado: quinta-feira, 4 de Fevereiro de 2016 22:12
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição
Anexos: Pedido de Audição.docx

Categorias: ZM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 542800
Entrada/Saída n.º 104 Data: 5 / 2 / 16

--
Sandra Arede Silva
Instituto Duarte de Lemos - Trofa - Águeda

Este e-mail foi enviado a partir de um computador sem vírus protegido pela Avast.
www.avast.com

Ao Exmo Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

Eu, Sandra Carla Batista da Rocha Arede Silva, docente do Instituto Duarte de Lemos, em Águeda, e encarregada de educação de um aluno a frequentar este estabelecimento de ensino, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, venho humildemente, requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a minha posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, o percurso educativo dos nossos alunos e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Porque acredito na minha escola, no seu projeto educativo e no valor que tem para a região.

Atentamente,

Águeda, 4 de fevereiro de 2016

Sandra Carla Batista da Rocha Arede Silva

De:
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 16:59
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audiência

Categorias: Categoria vermelha

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541330
Entrada/Saída n.º 22 Data: 20/1/16

Ao Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

O Colégio de São José, em Coimbra, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Coimbra, 19 de janeiro de 2016

Maria Isabel Valente Pires
Diretora

COLÉGIO S. JOSÉ
ENSINO BILINGUE

De: Associação de Pais do Colégio de São José de Coimbra
Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 12:36
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audiência

Exmo. Sr. Presidente da CECC da AR,

A Associação de Pais do Colégio S.José , em Coimbra, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria, vêem requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades, e o modo como a sua rutura afectaria irremediavelmente, sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos

Vasco Oliveira

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541456
Entrada/Saída n.º 62 Data: 21/1/16

Associação de Pais do Colégio de São José de Coimbra
Rua Frei Tomé de Jesus, 11 3000-195 Coimbra

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Única 541463
Entrada/Saída n.º 63 Data: 21/1/16

De: teresa pinto
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 23:40
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de Audição
Anexos: Pedido de Audição.pdf

Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
da Assembleia da República

Venho por este meio enviar, em anexo, um pedido de audição na Comissão de Educação, Ciência e Cultura a que Vª Exª preside, no contexto da discussão em sede de Comissão dos Projetos de Resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo e às famílias e, particularmente, do contrato de associação.

Grata pela atenção que Vª Exª dará ao pedido, apresento os meus melhores cumprimentos.

Teresa Pinto

José Manuel Jesus

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 17:16
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audição
Anexos: Comissão educação.pdf

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541429
Entrada/Saída n.º 54 Data: 21/1/16

Ex.mos Senhores,

Junto anexamos um pedido de audição para o Presidente de Comissão de Educação e Ciência.

Com os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da Junta
José Afonso

Junta de Freguesia
de Arentim e Cunha

Freguesia
de Arentim e Cunha

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

José Manuel Ribeiro Afonso, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Arentim e Cunha, concelho de Braga, tendo tomado conhecimento de que estão em discussão pública nessa Comissão Projetos de Resolução apresentados pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português sobre os contratos de associação, vem requerer a Vossa Excelência uma audição com caráter de urgência para que possa, em representação da comunidade desta União de Freguesias, emitir a sua opinião sobre esta modalidade de apoio financeiro do Estado ao ensino particular e cooperativo e às famílias que, exercendo o seu direito à educação e à liberdade de escolha, por ele optam.

Com efeito, as freguesias de Arentim e de Cunha integram há dezenas de anos a área de intervenção pedagógica do Externato Infante D. Henrique, uma escola cooperativa localizada na freguesia vizinha de Ruilhe, que tem contrato de associação desde 1980 e que muito tem contribuído, pelo serviço público de educação que assegura, para o desenvolvimento e o progresso da nossa comunidade.

Esta escola não tem fins lucrativos, é uma cooperativa constituída por professores e funcionários e tem uma forte ligação ao meio local e às suas instituições.

Por outro lado, acolhe sem distinção de classes ou de estatuto socioeconómico todos os alunos e empenha-se na promoção da igualdade de oportunidades e do sucesso educativo de todos.

Ao longo dos anos, com sucessivos governos de diversas sensibilidades político-partidárias, apesar dos muitos sobressaltos, a escola manteve financiamento público ao abrigo do contrato de associação, permitindo aos alunos destas freguesias uma educação gratuita de excelência e dando emprego a diversas pessoas aqui residentes.

Qualquer eventual ruptura que ocorresse em resultado da aprovação pela Assembleia da República dos referidos Projetos de Resolução implicaria uma inaceitável interrupção do percurso escolar dos 134 alunos destas freguesias que frequentam o Externato Infante D. Henrique e lançaria no desemprego um número significativo de professores e funcionários, num tempo em que o desemprego é o maior flagelo do nosso país e, em concreto, desta região.

Por tudo isto, como Presidente da Junta de Freguesia desta União de Freguesias, como pai e como cidadão, venho formular o presente requerimento.

Freguesia de Arentim e Cunha, 20 de janeiro de 2016

O Presidente da Junta,

José Manuel Ribeiro Afonso

Rua 25 de Abril, Nº 10 – 4705-745 ARENTIM * Telef.

De: João Oliveira
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 14:34
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Solicitação de Audição Parlamentar à CECC AR

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões - CEC
N.º Única 541420
Entrada/Saída n.º 51 Data: 21/1/16

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República,

Afonso José Ganho Pereira de Athayde, João Miguel Caldeira de Oliveira e Júlia Cristina Carapinha dos Santos Figueiredo, na qualidade de representantes dos docentes do Colégio da Rainha Santa Isabel, em Coimbra, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação, e sabendo que estão em discussão nessa comissão projetos de resolução sobre a matéria (Projeto de Resolução n.º 56/XIII, do BE, Racionalização dos contratos de Associação com o ensino privado garantindo a proteção da escola pública e Projeto de Resolução n.º 61/XIII, do PCP), vêm requerer a essa Comissão uma audição urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o contrato de associação, as suas virtualidades e o modo como a sua rutura afetaria irremediavelmente, cremos sem vantagem para ninguém, o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

A bem do esclarecimento e compreensão das reais circunstâncias desta escola e do seu projeto educativo, pensamos que esta via de diálogo poderá constituir um contributo relevante numa reflexão profícua sobre a qualidade da educação e a salvaguarda da riqueza e diversidade educativa em Portugal.

Os signatários,

Afonso José Ganho Pereira de Athayde

João Miguel Caldeira de Oliveira

Júlia Cristina Carapinha dos Santos Figueiredo

De: João Asseiro
Enviado: quarta-feira, 27 de Janeiro de 2016 09:47
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Fwd: CEC
Anexos: CEC_001.pdf; CEC 002.pdf; CEC_03.pdf

Categorias: MM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541886
Entrada/Saída n.º 86 Data: 27/1/16

Exº. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Deputado Alexandre Quintanilha

Bom dia
Admitindo que o email que lhe enviei ontem, composto por vários anexos, os mesmos, não estejam completamente visíveis, reenvio novamente hoje os anexos em PDF, reafirmando o pedido de audiência, aí referido.

Com os meus cumprimentos
João de Deus Pires Asseiro
Presidente da Associação de Pais do Colégio Rainha Santa Isabel - Coimbra

EM DEFESA DA LIBERDADE DE ESCOLHA

Argumentos para um pedido de audiência à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.

1. APRESENTAÇÃO

As Associações de Pais dos Alunos do Colégio da Rainha Santa Isabel e do Colégio de São Teotónio, partes de duas comunidades educativas da cidade de Coimbra com uma matriz identitária muito próxima, após tomarem conhecimento do Projeto de Resolução nº56/XIII/1.ª *"Racionalização dos Contratos de Associação com o ensino privado garantindo a proteção da escola pública"* e do Projeto de Resolução n.º 61/XIII-1ª *"Por uma Escola Pública que cubra as necessidades de toda a população"*, apresentados respetivamente pelos grupos parlamentares do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Comunista Português (PCP), decidiram opor-se a estes dois projetos, se outra razão não houvesse, porque estes enfermam do erro basilar de confundirem "escola pública e serviço público de educação, pois este último tanto pode ser prestado por instituições públicas como por instituições privadas"[1]. Mais, estes dois Projetos partem do princípio que o estado tem o monopólio do "serviço público de educação", quando na realidade incumbe ao estado garantir a "educação para todos", como aliás está preconizado no nº 2 do art.º 74º da Constituição da República Portuguesa (CRP):

a) Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito;

b) *Criar um sistema público e desenvolver o sistema geral de educação pré-escolar;*

Confiantes nesta responsabilidade do Estado, do princípio de que a educação é um dos pilares da nossa sociedade e de que os recursos são finitos, somos obrigados a apelar a uma discussão séria e analítica sobre estes dois projetos, despida de qualquer preconceito ideológico, baseada exclusivamente no quadro normativo vigente em Portugal. Espera-se isso de nós, das famílias e da sociedade civil plural e moderna. Espera-se uma intervenção ativa e participativa, que contribua para a construção e desenvolvimento de um sistema de ensino para todos e que responda de forma efetiva às necessidades, cada vez mais exigentes, das famílias.

Assim, no seu exercício de cidadania e no direito de participação na "vida e do governo de seu povo", as duas Associações signatárias deste documento apresentam a seguinte reflexão.

[1] Marçal Grilo e Guilherme de Oliveira Martins, ex-ministros da Educação em Governos PS.

2. SOBRE OS CONTRATOS DE ASSOCIAÇÃO

O que são Contratos de Associação [CA]? São contratos assinados pelo Ministério da Educação [ME] e por Estabelecimentos de Ensino de gestão privada, através dos quais o ME se compromete a pagar o serviço educativo que estas prestam - em montante equivalente ao custo por aluno no ensino estatal[2]- de modo a que os alunos abrangidos pelo contrato possam frequentar a escola nos mesmo moldes da escola estatal.

O que são Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo [EEPC] com CA? São Estabelecimentos de Ensino que assinaram um CA com o Ministério da Educação com vista à prestação de um serviço público de educação, não cobrando propinas nas turmas contratualizadas e onde os seus alunos são equiparados aos que frequentam a escola do estado, podendo por isso beneficiar de todos os direitos, nomeadamente da ação social escolar.

Existe uma ou duas redes escolares? O art.º 58º da Lei de Bases do Sistema Educativo diz, expressamente, "Os EEPC que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objetivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar" e "No alargamento ou no ajustamento da rede, o Estado terá também em consideração as iniciativas e os EEPC existentes, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade".

Quando surgiram os CA? Os CA apareceram na década de 80, como forma de superar a insuficiência da rede escolar, que estava incapaz de proporcionar o ensino a todos os jovens, conforme era pretendido pelas políticas estruturais que foram implementadas.

Porque existem CA? Os CA são um dos instrumentos possíveis para que o serviço público de educação não seja inteiramente prestado por escolas estatais. De facto, ao Estado compete garantir o direito à educação, o que não significa, nem implica, que o serviço público de educação se deva restringir às escolas estatais, até porque, não deve "confundir-se escola pública e serviço público de educação, pois este tanto pode ser prestado por instituições públicas como por privadas (...)"[3].

Os CA são uma particularidade portuguesa? Vários países têm CA ou instrumentos equivalentes. No que concerne à despesa pública com CA, Portugal está mesmo abaixo da média da OCDE.

Onde se situam as escolas com CA? As EEPC estão espalhadas de Norte (20) a Sul (16) do país, com exceção do Algarve e especial incidência na Região Centro (44).

---

[2] O valor do custo turma está fixado, para o presente ano, pela Portaria nº172-A/2015, de 05 de junho, em 80.500€.

[3] Marçal Grilo e Guilherme de Oliveira Martins, ex-ministros da Educação em Governo PS – Jornal *Expresso* de 08 de março de 2008.

As escolas com contrato de associação são empresas? As escolas com contrato de associação podem ter fins lucrativos (empresas) ou não.

Por que razão têm estas escolas estatais vagas por preencher? Porque, para além do "inverno demográfico", existem ainda situações, em que foram construídas escolas em áreas onde já existiam EEPC, a oferecer serviço público de educação a pedido do Estado.

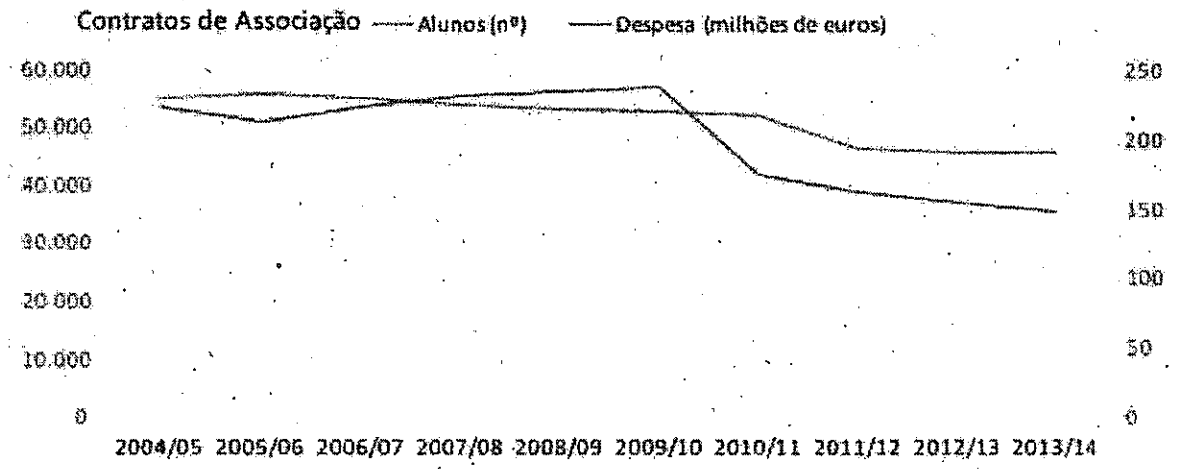
Como resolver o excesso de oferta? "Existem duas escolas no mesmo sítio, uma é pública e outra privada. Como apoiá-las? Se a escola privada tiver uma avaliação melhor do que a pública, feche-se esta e deixe-se a privada"[4].

Por que razão as escolas com Contrato de Associação podem vir a encerrar? Porque diminui o número de alunos abrangidos pelos CA e esta medida inviabiliza a sustentabilidade de projetos concebidos para um número mínimo de turmas, que ficarão, no mínimo, com trabalhadores de vínculo estável em excesso e, portanto, a caminho do desemprego.

O custo por aluno abrangido pelo CA é superior ao custo por aluno nas escolas estatais? Os estudos do Tribunal de Contas e do ME provaram que, mesmo arredando dos cálculos a despesa com as instalações e com as construções, as despesas municipais com a educação, a assistência social, etc., o custo aluno numa escola do estado é superior ao de um aluno numa EEPC.

Quantas são os EEPC? Existem atualmente 80 EEPC, abrangendo 1.731 turmas e cerca de 45.000 alunos. Em alguns casos, todas as turmas do EEPC estão abrangidas por CA, noutros casos o contrato abrange apenas alguns ciclos de ensino e/ou turmas.

Qual a evolução na última década do número de alunos e da despesa com CA[5]?



[4] Marçal Grilo in Conferência na Fundação Calouste Gulbenkian, 23.fev.2011.
[5] Adaptado de CNE, *Estado da Educação 2014*, p.41 e p.220.

3. A LIBERDADE DE ESCOLHA

- No art.º 26.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem lemos: "aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos".
- No n.º 3 do art.º 14.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia lemos: "São respeitados (...) o direito dos pais de assegurarem a educação e o ensino dos filhos de acordo com as suas convicções religiosas, filosóficas e pedagógicas".
- No art.º 43.º da CRP lemos: "É garantida a liberdade de aprender e ensinar" e "O Estado não pode programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas".

Estes três artigos não traduzem valores ideológicos de "esquerda" nem de "direita", nem separa a "esquerda" da "direita", mas opõe os que são a favor ou contra a liberdade de escolha, os que defendem os interesses dos alunos e das famílias e os que defendem os grupos profissionais.

Desafiamos qualquer cidadão a olhar para as vantagens do sistema educativo proporcionado pelas EEPC para que percebam as razões subjacentes ao seu sucesso, perfeitamente documentadas nas análises efetuadas até hoje. Pedimos, no entanto, que olhem para factos, de uma forma clara e isenta, sem a desconfiança prévia que os preconceitos ideológicos estabelecem.

Os CA abrem a porta à liberdade de escolha! São os pais de alunos que já estudaram/estudam em diferentes "tipos" de estabelecimentos de ensino que afirmam, sem hesitar, que o ensino particular e cooperativo é o que apresenta atualmente a melhor relação de indicadores qualitativos, o que melhor generaliza a liberdade de ensino a todas as famílias e o que democratiza o acesso a projetos de ensino diferenciados.

Resulta claro que o projeto de resolução, apresentado pelo BE e pelo PCP, apesar de assentar num princípio fundamental, "uma escola para todos", enferma no seu postulado de estar inquinado por determinantes ideológicas e por uma visão sectária sobre o que deverá suportar um sistema de ensino num um país democrático, moderno e desenvolvido.

Os CA são parte da solução e não parte do problema do nosso sistema de ensino. O que os pais esperam dos partidos com assento parlamentar é que façam uma avaliação sobre o que de melhor tem cada um dos modelos de oferta formativa e potenciem essas características por todo o sistema de ensino, nivelando-o por cima e não por baixo. E, feito isto, os pais esperam que os mesmos partidos não impossibilitem, antes promovam, a liberdade de esses mesmos pais poderem escolher qual o estabelecimento de ensino para os seus filhos.

4. O POSSÍVEL AUMENTO DE DESPESA PARA O ESTADO

Sabemos, pelos estudos do TC e do ME, que o custo de uma turma nas escolas do estado é superior ao de uma turma do EEPC. Para o caso adotámos como referência o financiamento atual de uma turma em CA[6]. Assim, se as atuais 68 turmas (todos os níveis de ensino nestes dois colégios) fossem suportadas integralmente pelo estado, teríamos um custo global anual para os contribuintes de 5,5M€. Como o estado financia 15 (1,2M€) destas 68 turmas, temos então 4,3M€/ano que são suportados integralmente por propinas, ou seja, 4,3M€/ano de poupança direta para o estado, com a garantia de que este apoio contribui para o equilíbrio destes dois projetos educativos. Sem estes CA, corre-se o risco destes dois projetos desmoronarem e, consequentemente, ao invés de uma poupança de 4,3M€, o estado teria de suportar a despesa global (5,5M€).

Sabemos pelos estudos do ME[7], que algumas das escolas na área de influência destes dois Colégios desenvolvem os seguintes custos turma: Eugénio de Castro (153.832€), Inês de Castro (155.762€), Silva Gaio (166.343€), Jaime Cortesão (179.488€). Agora compare-se este enorme esforço financeiro para os contribuintes por duas vias: em primeiro, através dos resultados obtidos pelos alunos destas escolas e, em segundo, pelo que custa formar um aluno nesta escola. Para comparação, se as 68 turmas referidas anteriormente custassem por ano 179.488€/cada, ao invés dos 5,5M€, o custo para o estado seria de 12,2M€ (mais do dobro do que os contribuintes teriam de pagar se financiassem todas as turmas dos dois Colégios).

5. OS EEPC E AS ESCOLAS DO ESTADO EM COIMBRA

Quando (e porquê) surgiram os CA no concelho de Coimbra? Os primeiros CA foram contratualizados em Coimbra em 1994/95 e, ao longo deste período, visaram aumentar a igualdade de oportunidades à população estudantil, proporcionar liberdade de escolha às famílias, e colmatar as necessidades da rede face à legislação do sector que foi sendo aprovada, como, por exemplo, responder ao alargamento da escolaridade obrigatória.

[6] Financiamento turma de 80.500€, de acordo com Portaria nº 172-A/2015 de 05 de junho.
[7] Grupo de trabalho para o apuramento do custo real dos alunos do ensino público por ano de escolaridade, *Estimativas do custo turma do ensino básico (2º e 3º ciclos) e secundário*, 2012, p.49.

EEPC	Contratos de Associação						Níveis de ensino 2015/16		
	1994 /95	1995 /96	1996 /97	1997 /98	1998/99 a 2014/15	2015 /16	2º CEB	3º CEB	Sec
Colégio da Rainha Santa Isabel			x	x	x	x		x	
Colégio de S. José			x	x	x	x	x	x	
Colégio de S. Martinho				x	x	x	x	x	x
Colégio de S. Pedro			x	x	x				
Colégio de S. Teotónio			x	x	x	x	x	x	
Colégio Imaculada Conceição	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Instituto de Almalaguês	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Inst. Educativo de Lordemão		x	x	x	x	x	x	x	x
Inst. Educativo de Souselas	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Capacidade instalada maior que a procura. Porquê?

- Porque Coimbra, como cidade periférica, não está a conseguir criar condições para fixar as famílias no seu território;
- Porque, como o país, Coimbra sofre das consequências do "inverno demográfico";
- Porque houve nos últimos anos um aumento do número de alunos por turma e, consequentemente, uma redução do número de turmas ocupadas;
- Porque nos últimos anos a rede de estabelecimentos de ensino foi enriquecida, de forma não planeada, com novas estruturas (estatais), patrocinadas quer pela "Parque Escolar" quer pelo município, aumentando-se assim a capacidade instalada.

Evolução do número de turmas em CA nos Colégio da Rainha Santa Isabel [CRSI] e Colégio de São Teotónio [CST]

	Número de turmas em CA			
	2010/13	2011/12	2012/13	2015/16
Colégio da Rainha Santa Isabel	15	12	8	8
Colégio de S. Teotónio	15	12	8	7

Apesar de forte oposição das famílias, o número de turmas contratualizadas com o estado diminuiu das iniciais 50, para as atuais 15, com consequências diretas para as famílias menos dotadas financeiramente.

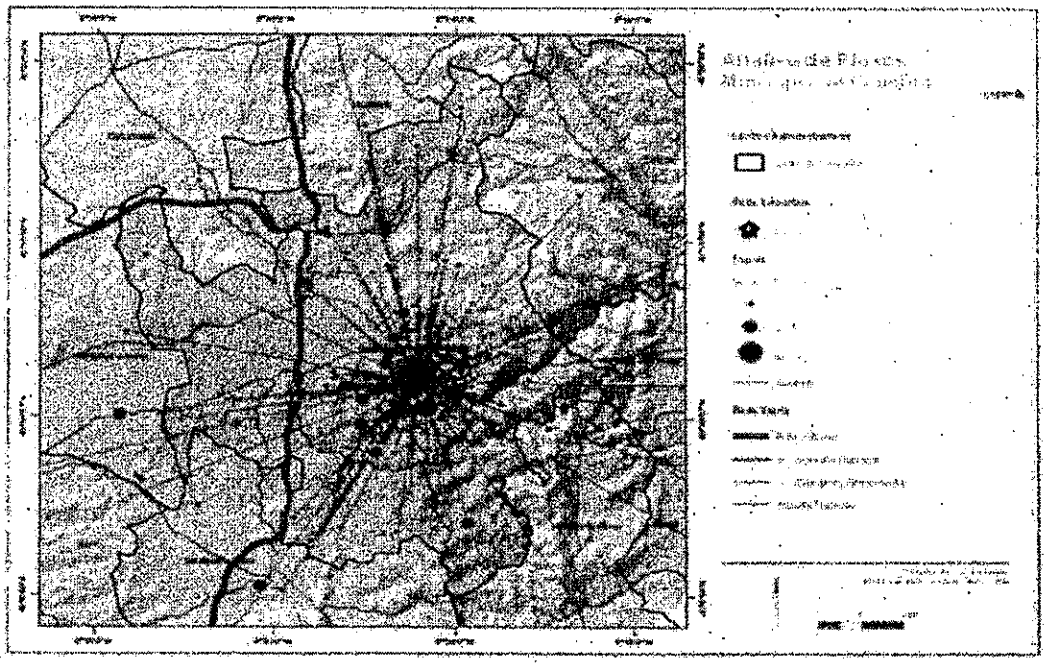
O número de alunos em CA nos CRSI e CST

	Alunos
Colégio da Rainha Santa Isabel	239
[illegible]	[illegible]
Colégio de S. Teotónio	199
[illegible]	[illegible]
[illegible]	[illegible]

Comunidade servida por um EEPC e pela Estatal mais próxima

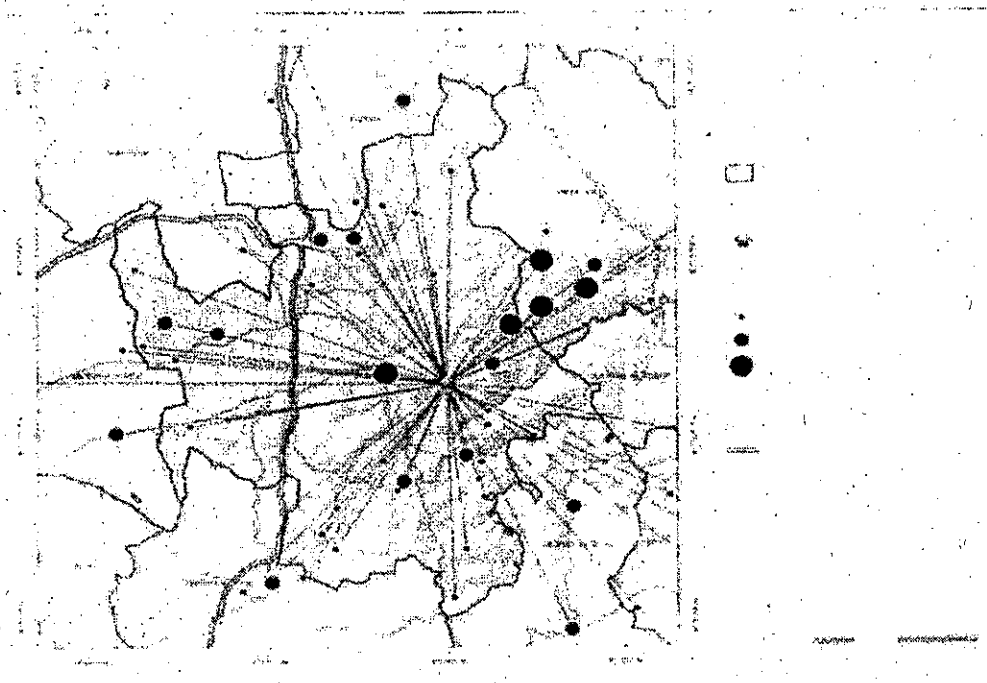
Neste exemplo, caracterizamos a residência dos alunos do 2º e 3º CEB[8] do Colégio da Rainha Santa Isabel e da Escola Básica [EB] estatal mais próxima, EB Eugénio de Castro.

- Residência dos alunos do Colégio da Rainha Santa Isabel



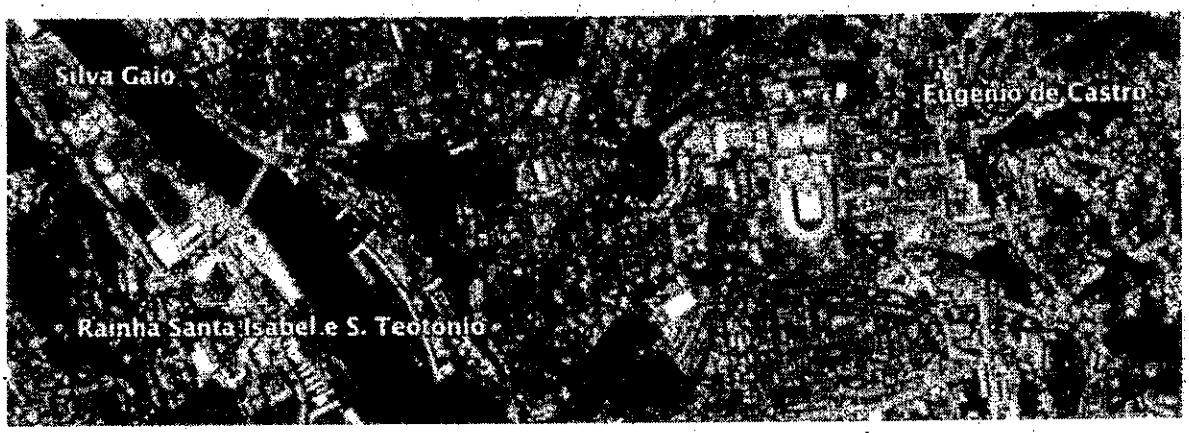
- Residência dos alunos da EB Eugénio de Castro

[8] In http://www.uc.pt/fluc/serv_com/pdf_docrochette/Baixo_Mondego.pdf.



O gráfico superior revela que a proveniência da EB Eugénio de Castro incide maioritariamente sobre os corredores de fluxos migratórios diários (de/para o centro da cidade), enquanto que os alunos do Colégio provêm da área próxima do estabelecimento.

Resultados dos exames nacionais dos alunos em CA e nas escolas do Estado mais próximas[9]. Para este comparativo, foram escolhidas duas escolas que estão à mesma distância destes dois colégios (cerca de 2km). A EB Eugénio de Castro é a escola estatal com os melhores resultados nos exames nacionais do 9º ano e a EB Poeta Manuel da Silva Gaio é a escola estatal com piores resultados no concelho. A tabela seguinte apresenta médias de avaliações externas, bem como as classificações respetivas relativamente ao concelho e ao país.



[9] In eneb2015.

	médias das avaliações externas de aprendizagem	classificação concelho	classificação nacional
Colégio da Rainha Santa Isabel	4,07	1	19
Colégio de S. Teotónio	3,58	6	84
EB Eugénio de Castro	3,37	9	143
EB Poeta Manuel da Silva Gaio	2,47	21	1.050

Note-se que a escola estatal mais próxima com razões de atratividade para uma escolha livre dos pais é a EB Eugénio de Castro, que tem no presente ano letivo uma taxa de ocupação de 100% (para uma capacidade instalada de 936 alunos), logo, não seria opção para uma família que perca a possibilidade de CA.

Quais as taxas de retenção destas 4 escolas no 9º ano?

	taxas de retenção 2013/14[10]
Colégio da Rainha Santa Isabel	1%
Colégio de S. Teotónio	7%
EB Eugénio de Castro	10%
EB Poeta Manuel da Silva Gaio	23%

O número de funcionários e o fator humano. Um projeto educativo de qualidade faz-se também com o recurso a profissionais competentes e em número ajustado às necessidades do projeto educativo. No caso destes dois colégios, estes apresentam os seguintes rácios:

	alunos / docente	alunos / não docente	não docente / docente
Colégio da Rainha Santa Isabel	11,4	19,26	0,58
Colégio de S. Teotónio	11,8	9,68	1,22

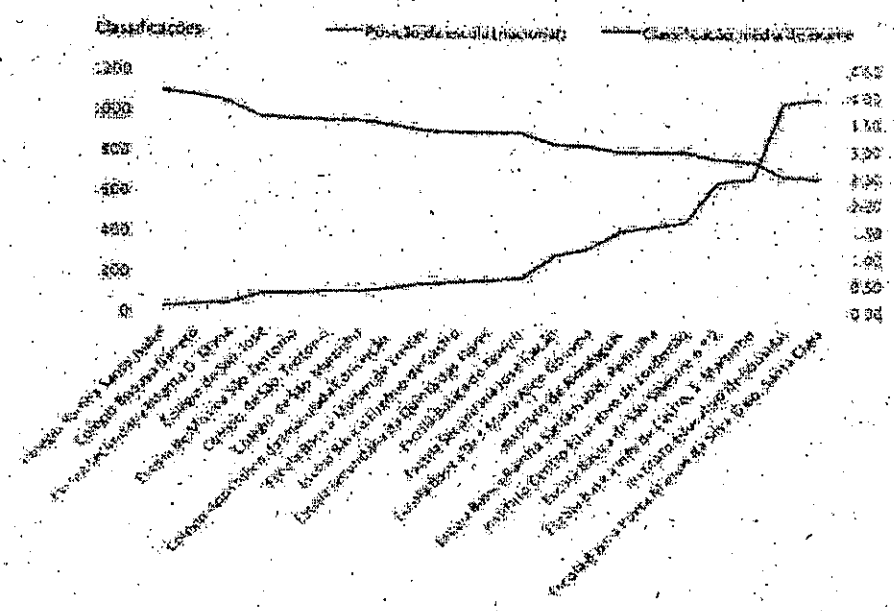
Os rácios apresentados evidenciam relações muito idênticas[11] às da média nacional no que diz respeito à relação aluno/docente. Mas, no que diz respeito ao número de não docentes, a sua quantidade e qualidade contribuem, como outros pequenos aspetos gestionários, para o sucesso educativo destes dois projetos e são um forte contributo para a permanência destes dois Colégios no top 10 nacional das notas dos exames do secundário.

[10] In portal InfoEscolas.

[11] Em http://www.dgeec.mec.pt/np4/2278/, para o ano letivo 2013/14 (1º ao 3º ciclo e secundário), 1.234.154 alunos para 111.778 docentes, que desenvolve uma relação de 11,04 alunos para 1 docente.

Contribui ainda para o sucesso educativo destas escolas a gestão dos seus recursos, que permite, por exemplo, gerar 22h de apoio semanal a todos os alunos do 1º ciclo, 19h aos do 2º ciclo e 3º ciclo e 53h aos do secundário. Contrariamente ao que muitas vezes é veiculado, o sucesso destas escolas não é efetuado *a posteriori*, mas antes devido a este cuidado planeamento, completado em julho, antes das férias escolares, e o resto é dedicação e trabalho das duas comunidades educativas. Naturalmente, este planeamento é possível devido a um quadro estável de docentes e não docentes, que é também um fator diferenciador destes estabelecimentos.

O Colégio da Rainha Santa Isabel, o Colégio de São Teotónio, as escolas do Concelho e os seus resultados das avaliações externas de aprendizagem (9ºano)[12]



É inevitável que não nos sirvamos aqui, neste ponto, das avaliações externas das aprendizagens. Se não servem para uma reflexão da comunidade escolar[13] [14], esta informação, traduzida nesta escala de medida, é valorizada pelas famílias na hora de escolherem uma escola para os seus filhos. Juntam estes dados aos de outras observações e procuram as escolas que melhor satisfazem as suas pretensões. Como os resultados das avaliações não são os mesmos, é lógico concluir que a escolha da escola também não seja a mesma. Se a preferência das famílias for a de procurar uma escola

[12] In eneb2015.

[13] In parecer do CNE - Avaliação das Aprendizagens e Realização de Provas Finais no Ensino Básico - "Essa comunicação da informação pressupõe que se incentive a reflexão em torno dos resultados alcançados, que se identifiquem os pontos fortes e as fragilidades reveladas e, em consequência, que se definam as ações necessárias para uma melhoria do desempenho", p.5.

[14] Ex-presidente da Assembleia da República e ex-ministro socialista, Jaime Gama in http://observador.pt/2016/01/21/jaime-gama-critica-oposicao-aos-rankings-as-notas/ "O bom aluno não pode ser distinguido publicamente porque isso é paralisador da unidade medíocre do complexo escolar".

estatal que se mantenha num certo nível de avaliação externa, de modo a manter essa expetativa depois de perder um CA, essa liberdade é ficcional, como aliás documentam as declarações do diretor da Escola Secundária Infanta D. Maria em Coimbra, durante muitos anos considerada a escola estatal com os melhores resultados na avaliação externa nacional: "todas as turmas funcionam com o número máximo de alunos permitido por lei. Com a "grande procura" que a Infanta D. Maria tem, apesar de poderem agora subir as turmas para 30 alunos, as vagas continuarão a não ser suficientes para os alunos que estão na "área de influência" da escola"[15].

Este brevíssimo ponto, arredado das inúmeras razões que cativam os pais para estes dois projetos educativos, algumas delas subjetivas e intangíveis, revela de forma objetiva que não existe, em Coimbra, uma alternativa de qualidade (já não dizemos ao nível da excelência destes dois projetos), onde as famílias possam matricular os seus filhos.

6. A OPOSIÇÃO AOS CA

Contrariamente ao que se poderia pensar, os ataques aos CA não resultam da incompetência ou da ignorância, mas de motivações ideológicas. A ausência de recursos financeiros, a redução do número de alunos e o redimensionamento das turmas alimentam os interesses de quem diariamente deturpa a realidade na opinião pública. O número de alunos em CA e os dinheiros públicos utilizados para os subsidiar não merecem estes ataques. Veja-se a comparação entre os seus resultados, o serviço que prestam aos contribuintes e o que estes representam: 2,3% na dotação inicial do Programa Orçamental 13 do ME (PO 013 – Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar).

Para que fique claro, damos um:

Notícia: **"Estado vai gastar mais 53 milhões de euros com escolas privadas"**

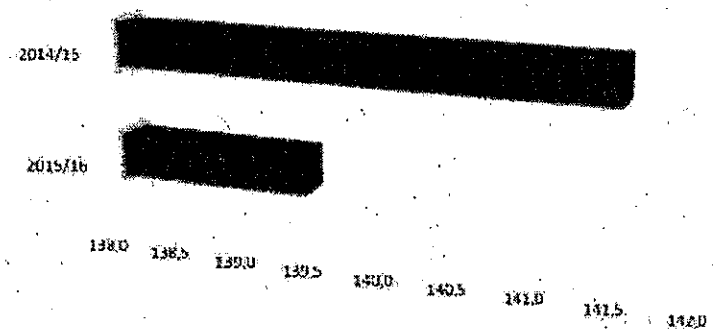
Esta "investigação", publicada em exclusivo pelo Jornal de Notícias, induz em erro e está artificialmente sustentada em três falsidades:

- **A primeira falsidade:** "O próximo ano letivo abre com mais 656 turmas em CA". Na verdade, o ME vai financiar 656 novas turmas do 5º, 7º e 10º anos, mas **deixando de financiar 671** turmas que terminaram os respetivos ciclos este ano. Cumpre-se, desta forma, o objetivo de realizar de três em três anos um concurso destinado à celebração de CA, na expetativa de se salvaguardarem os princípios da transparência, da igualdade e da concorrência.

[15] In https://www.publico.pt/educacao/noticia/ministerio-admite-que-liberdade-de-escolha-de-escolas-nao-sera-eficaz-nos-grandes-centros-1542989.

- **A segunda falsidade:** "Estado vai gastar mais 53 milhões". O Estado não vai gastar nem mais um cêntimo com os CA. O ME não só deixou de financiar 15 turmas como ainda determinou uma diminuição do financiamento por turma (Portaria n.º 172-A/2015, de 05 junho). **No conjunto, estas duas medidas reduziram a despesa com estes contratos, em 2 milhões de euros.**

Despesa do MEC com contrato de associação (milhões de euros)



Ano letivo	Custo turma	Número de Turmas	Custo total	Diminuição
2014/15	81.023 €	1.747	141.547.181,00 €	
2015/16	80.500 €	1.731	139.345.000,00 €	2.202.181,00 €

- **A terceira falsidade:** "O Estado paga por uma turma com contrato de associação mais do que por uma pública. Só com estas 656 turmas, irá pagar aos privados mais três milhões e 617 mil euros do que pagaria se as turmas ficassem em escolas públicas".

Na verdade, qualquer que seja a base de referência, esta conclusão é falsa, contraria os estudos oficiais do Tribunal de Contas e do Governo. O custo aluno é mais barato no ensino privado e não será por repetirem mil vezes o inverso que o custo aluno nas escolas do estado vai baixar.

Alunos do 2º/3º ciclo e secundário

Fonte	Ano	Custo aluno		Custo turma		Custo para 656 turmas	
		Privado	Público[1]	Privado	Público[1]	Privado	Público[1]
Tribunal de Contas[2]	2009/10	4.522€	4.921€	107.922€	117.455€	70.796.832€	77.050.499€
Governo[3]	2012/13	3.575€	4.451€	85.320€	106.228€	53.970.516€	69.685.249€
Governo / Projeção	2015/16			80.500€[4]	100.225€[4]	52.808.000€	65.747.806€

(1) Sem custos com Escolas Artísticas, Contratos de Execução e Fundo Social Municipal;
(2) Para uma média de 23,86 alunos por turma;
(3) Governo - Portaria n.º 172-A/2015, de 05 junho;
(4) Projeção - Redução do custo proporcional à descida dos custos com as turmas nas escolas privadas.

E porque estão aqui as famílias a opinar sobre questões transversais à educação dos seus filhos? Porque é por esta porta que os seus interesses estão a ser atacados. Não pela qualidade do serviço prestado pelos EEPC aos seus filhos e ao país, mas pelas possíveis anomalias existentes no sistema, que, ao invés de serem discutidas nestes canais, deveriam ser objeto de fiscalização apertada e severamente sancionados por quem tem obrigação de regular o sistema.

7. CONCLUSÃO

A Família é a primeira sociedade humana natural. Antecede os interesses da sociedade em geral e do próprio Estado, ensina o bem e o mal, a amar e a ser amado. Somos, por natureza, o centro de aprendizagem e de formação da pessoa. Nesta conjugação de interesses, o Estado assume o Princípio da Subsidiariedade, cabendo-lhe por isso semear, enraizar e fortalecer políticas e apoios comuns que protejam este "lugar primário da humanização da pessoa e da sociedade"[16].

Na base desta subsidiariedade, catalisador do desenvolvimento humano, encontra-se a rede pública de ensino, a principal rede do país assumida pelo Estado para servir o indivíduo, com lógica e interesse nacional.

CA, razões para a sua existência: Os CA são uma das âncoras que permitem a existência de projetos educativos diferenciados nos quais observamos, entre outras, a diversidade e qualidade das atividades extracurriculares, a formação integral, a organização, a taxa de reprovação nula, a segurança, o afeto, o planeamento, a estabilidade do corpo docente e os resultados oferecidos às famílias. Possibilitam a igualdade de circunstâncias e dão às famílias a possibilidade, consignada por Constituição, de escolherem a escola para educar e ensinar os seus filhos, pelo que é por demais evidente que, para nós, utentes do edifício escolar, não existe outra opção que não seja a da continuidade e alargamento deste tipo de contrato.

Liberdade: Tendo presente que a oportunidade, conveniência, equidade, razoabilidade e justiça social se faz pela via fiscal e não pelo direito à educação gratuita, pedimos que seja arredada desta discussão o discurso ideológico de direita ou de esquerda, laico ou religioso, a favor ou contra a escola privada. Pedimos o respeito por uma rede pública de ensino edificada em contexto diverso, através da iniciativa privada, cooperativa, associativa ou estatal, num ambiente onde as escolas não

[16] João Paulo II (1989), Exort. apost. Christifideles laici, 40: AAS 81, p. 469.

sejam supletivas, mas sim complementares, onde prevaleçam as melhores práticas educativas, num edifício que não pode continuar a ser construído para os que já sabem, mas para os que querem aprender.

Pedimos, por esta via, que esta discussão seja centrada nos seguintes pilares:

1. O Estado é o garante do bom funcionamento da rede de ensino e das "liberdades de aprender e de ensinar"[17], consagradas nos "direitos, liberdades e garantias" da Constituição;
2. Serão as famílias, pelo seu grau de exigência e satisfação, que determinarão os desígnios das escolas[18] (do estado ou de iniciativa privada);
3. Se desenvolva uma fórmula que maximize a utilização dos recursos instalados e que valorize a qualidade pedagógica e os projetos educativos robustos;
4. Seja promovida uma verdadeira autonomia de gestão escolar e orçamental, gestão curricular e pedagógica, gestão de recursos humanos, de equipamentos e de infraestruturas, dando assim a todas as escolas as condições para construírem, responsabilizarem-se e prestarem contas pelos seus projetos educativos;
5. Seja alargado o ensino contratualizado a todas as escolas, com regras claras de funcionamento e de financiamento, com autonomia e liberdade;
6. Seja abandonado o *status quo* da uniformidade do comando e controlo do poder centralizado, repercutido na tendência para uma oferta educativa padronizada e sem a necessária equidade que as questões singulares exigem;
7. Que o estado evolua do papel de decisor, para o de fiscalizador, regulador e analista;
8. Que se defenda uma educação prospetiva sustentada no aprender a ser, aprender a conhecer, aprender a fazer e aprender a viver juntos (descobrir, inventar e construir, em respeito pelos valores das famílias, como centro basilar da condição humana).

Ser livre significa deter os meios que permitem exercer a autonomia. Assegurar esta autonomia, depende muito da nossa capacidade de assegurar, simultaneamente, a liberdade de escolha, a igualdade, a equidade e o direito à diferença.

---

[17] Pinto, Mário (1993), Liberdade de aprender e de ensinar: escola privada e escola pública, Análise Social, vol XXVIII,, 4º-5º, p. 753-774.

[18] O Parlamento Europeu, numa importante Resolução sobre o direito social à educação na Comunidade, aprovou: "O direito à liberdade de ensino implica, para os Estados membros, a obrigação de tornar possível, incluindo no plano financeiro, o exercício prático deste direito, e de conceder às escolas (privadas) as subvenções públicas necessárias ao exercício da sua missão e ao cumprimento das suas obrigações, em condições iguais àquelas de que beneficiam os estabelecimentos públicos correspondentes, sem discriminação dos organizadores escolares, dos pais dos alunos, dos próprios alunos, e do pessoal escolar".

Se ao lado de um EEPC existe uma escola do estado com vagas, isso quer dizer que esta não foi a escolhida pelos pais. Esta constatação, de *per si*, é um excelente indicador sobre o serviço público de educação que estas duas escolas estão a prestar.

É perante este cenário que as famílias não entendem como se pode invocar a defesa dos interesses dos alunos e se opta por esvaziar[19] (ou mesmo fechar) as escolas por si escolhidas, as que apresentam melhores resultados e com um custo mais baixo para os contribuintes. OBRIGAR as famílias, com os seus impostos, e agora com os seus filhos, a sustentarem a viabilidade de projetos escolares que não estão a funcionar é uma coisa que não podemos aceitar.

Só um Serviço Público de Educação assente numa oferta formativa estatal, particular e cooperativa, aberto a toda a sociedade, garante um acesso equitativo às famílias, de modo que estas possam escolher e assumir a responsabilidade da educação dos seus filhos, que é aliás um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Convenção dos Direitos da Criança e na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Acabar com os CA é criar uma bipolarização do ensino entre ricos e pobres, é elitizar as escolas que não são do estado e, no nosso caso, perturbar a educação de 1450 alunos e contrariar a vontade das respetivas famílias.

Associação de Pais do Colégio da Rainha Santa Isabel

Presidente da Direção

(João de Deus Asseiro)

Associação de Pais do Colégio de São Teotónio

Presidente da Direção

(Carla Cristina Coimbra)

Presidente da Assembleia Geral

(Paulo Simões Lopes)

Presidente da Assembleia Geral

(Ana Lúcia Gordinho)

[19] "A coisa vem de um livro, publicado por volta de 1970, por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (talvez por Bourdieu sem Passeron), com um título prometedor, "Les Héritiers". A tese geral desta obra era simples: a "classe dominante" tinha reproduzido a sua tirania transferindo o capital para a descendência; mas no mundo moderno passará a transferir o "saber" e não o "capital". Ou seja, o seu método de "reprodução" mudara e o dever do verdadeiro socialista estava agora em destruir essa nova maquinação da burguesia"*. Assim, para acabar com esta venenosa manobra da "classe dominante" o melhor é mesmo acabar com o ensino de qualidade. *Vasco Pulido Valente In https://www.publico.pt/politica/noticia/revolucoes-1720335.

De:
Enviado: quarta-feira, 20 de Janeiro de 2016 11:58
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: FW: Correio do Cidadão: Renovação de pedido de audição

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541385
Entrada/Saída n.º 44 Data: 21/1/16

De:
Enviada: 20 de janeiro de 2016 11:53
Para: Alexandre Quintanilha
Assunto: Correio do Cidadão: Renovação de pedido de audição

Esta mensagem foi gerada automaticamente por um formulário existente no portal da Assembleia da República. Para responder a esta mensagem deve colocar no campo "Para..." o endereço

Para: Alexandre Quintanilha

Mensagem:
Ex.mo Senhor
Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

A Direção desta Associação que representa os professores das escolas não estatais com contrato de associação teve conhecimento, através da agenda publicada na página web da Assembleia da República, de uma reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência agendada para hoje, dia 20 de janeiro de 2016, às 15:30 horas, cuja ordem de trabalhos consiste na substituição/alteração do texto dos projetos de resolução n.º 56/XIII, do BE, e n.º 61/XIII, do PCP, seguida da sua discussão e votação.
Consultando a agenda de trabalho dessa Comissão Parlamentar, constatamos que esta matéria foi tratada na reunião do dia 19 de janeiro de 2016, nos pontos 5 e 6, tendo sido conferida ao Secretário Geral da FENPROF a faculdade de ser ouvido pelos Senhores Deputados que integram esta mesma Comissão e tendo as suas declarações sido objeto de notícias na comunicação social.
Reiteramos o pedido de audiência feito na passada semana porque, enquanto representantes dos professores das escolas com contrato de associação, mesmo que não organizados como estrutura sindical, somos parte interessada no assunto em discussão e, como tal, temos o direito a ser ouvidos nesta Comissão. Na verdade, são os NOSSOS empregos que estão a ser postos em causa e é o NOSSO direito ao trabalho que está a ser questionado.
Não nos parece aceitável que a Comissão vá debater e votar matéria tão relevante para os professores e trabalhadores não docentes destas escolas sem os ouvir, ouvindo apenas estruturas e organizações cuja opinião sobre esta matéria é por demais conhecida por absolutamente contrária ao princípio e ao valor da liberdade de aprender e de ensinar consagrados na Constituição.
Esta associação defende intransigentemente o serviço público de educação mas considera que este serviço pode e deve ser oferecido por outras entidades da sociedade civil que não exclusivamente o Estado.
Não nos parece também que estes projetos de resolução, constituindo-se como recomendações ao Governo, devam ser votados de forma tão apressada e sem serem ouvidas todas as partes interessadas, tanto mais que, recentemente, a Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, em sede dessa Comissão Parlamentar, afirmou de forma clara as linhas de orientação do Ministério da Educação e do Governo: respeitar os

compromissos assumidos pelo governo anterior quanto aos contratos celebrados com as escolas com contrato de associação e que obtiveram o visto do Tribunal de Contas.
Nestes termos, vimos renovar o nosso pedido para que a Comissão a que Vª Exª preside nos dê a possibilidade de, em tempo útil, como associação representativa dos professores das escolas com contrato de associação, perante os Senhores Deputados que integram a Comissão, emitirmos a nossa opinião e o nosso parecer sobre as matérias em discussão.

Com os melhores cumprimentos

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DAS ESCOLAS PARTICULARES E COOPERATIVAS COM CONTRATO DE ASSOCIAÇÃO

A Direção

Filipe Manuel da Cruz Pereira

De: APEPCCA
Enviado: segunda-feira, 15 de Fevereiro de 2016 23:23
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Ass. de Professores - Contrato de Associação - APEPCCA

Categorias: ZM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 543571
Entrada/Saída n.º 148 Data: 16/2/16

Ex.mo Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência
da Assembleia da República

A Associação de Professores do Ensino Particular e Cooperativo com Contrato de Associação - APEPCCA - teve conhecimento, através da vossa agenda publicada na página web da AR, de uma reunião extraordinária da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência com várias entidades das escolas com contratos de associação agendada para o dia 17 de fevereiro de 2016 pelas 16:00 horas no Auditório da Casa Amarela.
Vem esta Associação recordar que já solicitamos por duas vezes pedido de audiência (15 e 20 de janeiro de 2016) a V. Ex.cia e, até ao momento, não recebemos nenhuma resposta do Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência relativamente a esta matéria.
Por isso, vem esta Associação, uma vez mais, diligenciar junto de V. Ex.cia saber se esta Associação será ouvida na Comissão de Educação e Ciência na próxima 4ª feira, dia 17.fev'16, ou numa outra data a combinar ou se, pura e simplesmente, esta associação que representa os professores que trabalham nestas escolas, não será tida em conta, isto é, não será ouvida na Comissão.
Neste sentido, solicitamos que a Comissão a que V. Ex.cia preside nos dê a possibilidade de, perante os Senhores Deputados que integram a Comissão, manifestarmos a nossa opinião e o nosso parecer sobre as matérias em discussão.

Atenciosamente,

O Presidente da APEPCCA
Filipe Pereira

De: Federação Concelhia Famalicão
Enviado: terça-feira, 19 de Janeiro de 2016 13:58
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: solicitação de audição
Anexos: requerimento de audição.docx

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 541327
Entrada/Saída n.º 19 Data: 20/1/16

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Professor Doutor Alexandre Quintanilha

A FECAPAF – Federação Concelhia das Associações de Pais de Vila Nova de Famalicão, em representação das cerca de 55 Associações de Pais e dos cerca de 45000 pais e encarregados de educação do concelho, e democraticamente eleita, vem por este meio, solicitar e requerer a V. Excia., uma audiência com carácter de urgência com o objectivo de transmitir a nossa opinião acerca dos projectos de resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos aos contratos de associação, sendo que se trata de um assunto demasiado importante para o nosso concelho, na medida em que existem, na rede escolar de Vila Nova de Famalicão, algumas escolas com contrato associação, podendo pôr em causa a estabilidade do percurso escolar e dos projectos educativos de milhares de alunos nos quais, os pais e encarregados de educação confiaram e escolheram para os seus filhos.

Sem mais de momento
Aguardando resposta ao solicitado
Os melhores cumprimentos

Jorge Pereira
FECAPAF

--
FECAPAF - Federação Concelhia das Associações de Pais de Vila Nova de Famalicão

fecapaf
federação concelhia das associações de pais e encarregados de educação de vila nova de famalicão

REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República

Professor Doutor Alexandre Quintanilha

A FECAPAF – Federação Concelhia das Associações de Pais de Vila Nova de Famalicão, em representação das cerca de 55 Associações de Pais e dos cerca de 45000 pais e encarregados de educação do concelho, vem por este meio, solicitar e requerer a V. Excia., uma audiência com carácter de urgência com o objectivo de transmitir a nossa opinião acerca dos projectos de resolução do Bloco de Esquerda e do Partido Comunista Português relativos aos contratos de associação, sendo que se trata de um assunto demasiado importante para o nosso concelho, na medida em que existem, na rede escolar de Vila Nova de Famalicão, algumas escolas com contrato associação, podendo pôr em causa a estabilidade do percurso escolar e dos projectos educativos de milhares de alunos nos quais, os pais e encarregados de educação confiam e escolheram para os seus filhos.

Vila Nova de Famalicão, 19 de Janeiro de 2016

Presidente da FECAPAF

(Jorge Pereira)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 540997
Entrada/Saída n.º 13 Data: 15/1/16

De: [redacted]
Enviado: sexta-feira, 15 de Janeiro de 2016 10:09
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audiência

Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência

Tendo sido confrontados, nas últimas semanas, com notícias referentes à alteração e até extinção dos contratos de associação, nomeadamente a apresentação dos projetos de resolução do BE e do PCP sobre contratos com o EPC, queremos solicitar, com carácter de urgência, uma audiência com a comissão de Educação e Ciência.

Como Pais/Encarregados de Educação estamos preocupados com a possibilidade de ver a livre escolha da Escola para os mais carenciados, posta em causa. Estamos ainda preocupados com os mais de 60 mil estudantes que verão fechar as suas escolas.

Como Educadores Docentes e não docentes preocupa-nos o facto de engrossar o desemprego com mais 20 mil postos de trabalho extintos com o fim dos Colégios.

Muitos destes Colégios existem há décadas e décadas, servindo as zonas mais desfavorecidas economicamente e verão os seus estudantes ser obrigados a transferir-se para as Escolas de gestão estatal, onde custarão mais ao erário público.

Apelamos pois a Vossas Excelências para nos concederem uma audiência a fim de juntos podermos equacionar soluções para um problema de tão vasta dimensão democrática, social e humana e que põe em causa direitos fundamentais reconhecidos pela nossa Constituição e pela Carta Internacional dos Direitos Humanos

15 de janeiro de 2016

Pela Comissão de Pais/Encarregados de Educação/Funcionários dos [redacted]

Dário Manuel Farinha Tavares,

Fernando Miguel Vidal Urbano,

De: Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas
Enviado: sexta-feira, 15 de Janeiro de 2016 11:00
Para: Comissão 8ª - CEC XIII; Maria Teresa Monteiro Fernandes; Maria Mesquitela; José Manuel Jesus; Fernanda Bastos Fernandes
Assunto: Pedido de Audiência Urgente - Contratos de Associação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
n.º Único 541003
Entrada/Saída n.º 14 Data: 15/1/16

Exma. Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura

O Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas foi implantado no concelho de Santa Maria da Feira há 50 anos, quando aí não existia qualquer oferta educativa estatal para lá do ensino primário. Na década de 80, foi uma das primeiras escolas a celebrar com o Ministério da Educação um contrato de associação, no sentido de garantir a frequência em regime de gratuitidade, tal como nas escolas do Estado, e dar resposta a milhares de alunos que não tinham escola. O contrato de associação mantém-se até aos nossos dias, sendo este o colégio com maior número de turmas contratualizadas em contrato de associação do país. No presente ano letivo, frequentam esta escola 2100 alunos (sendo 30% com Ação Social Escolar), em condições de igualdade com os da escola estatal, apoiados por 180 trabalhadores docentes e não docentes.

Considerando que:

. as escolas com contrato de associação prestam um serviço público de educação, assegurando o direito ao ensino, com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar a alunos provenientes de famílias desfavorecidas;

. a imposição do Estado de um ensino único limita a liberdade das famílias na escolha da escola;

· por falta de apoio, quem não pode pagar mensalidades, ou seja, as famílias mais desfavorecidas, é obrigado a ficar retido na escola estatal, contra a sua livre escolha;

· a estabilidade e previsibilidade são valores fundamentais na vida das escolas;

· um posto de trabalho no privado tem o mesmo valor que um posto de trabalho no público, pelo que não é aceitável extinguir postos de trabalho no privado para vir o Estado contratar outros trabalhadores;

· estas matérias não podem ser tratadas de repente, sem estudo, auscultação e concertação, em razão de "quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas", atropelando direitos constitucionais;

. o apoio do Estado à opção educativa das famílias parece estar em crise com a apresentação de projetos de resolução do BE e do PCP;

vimos, por este meio, solicitar uma audiência urgente para apresentar a nossa posição sobre esta matéria.

Uma representação da Associação de Pais

Uma representação dos 180 professores e funcionários

Uma representação dos alunos

Joana Vieira
Diretora Pedagógica

COLÉGIO LICEAL DE
SANTA MARIA DE LAMAS
Uma escola com valor e com valores

José Manuel Jesus

De: geral
Enviado: segunda-feira, 25 de Janeiro de 2016 15:14
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Pedido de audiência.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Única 541687
Entrada/Saída n.º 82 Data: 25/1/16

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República,

Uma delegação, em representação dos professores e funcionários do Colégio Paulo VI de Gondomar, vem requerer a essa Comissão uma audiência urgente com vista a transmitir a nossa posição e opinião sobre o Contrato de Associação e o modo como a sua rutura afetaria o percurso educativo dos alunos do ensino secundário desta instituição de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Aguardamos deferimento e apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

A Delegação

José Manuel Jesus

Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 543138
Entrada/Saída n.º 126 Data: 10/2/16

De: Secretaria CNSA
Enviado: segunda-feira, 8 de Fevereiro de 2016 10:40
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Cc: Zara Coimbra; Margarida Soares
Assunto: Pedido de audiência
Anexos: Pedido de audiência_Colégio Nª Srª Assunção.pdf

Exmo Senhor Presidente da CECC da AR;

Junto enviamos o requerimento do pedido de audiência de um grupo de docentes e não docentes do Colégio Nossa Senhora da Assunção de Famalicão – Anadia.

Com os nossos agradecimentos pela atenção dispensada ao assunto,

Os docentes e não docentes.

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Assembleia da República
Palácio de S. Bento
1249-068 LISBOA

Anadia, 8 de fevereiro de 2016

Assunto: PEDIDO DE AUDIÊNCIA

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura
Prof. Doutor Alexandre Quintanilha

Helena Maria Morais Vaz,
Isabel Maria Mósca da Silva Reverendo,
Isabel Maria Sampaio Ribeiro Parreira Cortez,
João Paulo Mendes Rodrigues,
Paula Luísa Lopes Baptista,

docentes e não docentes do Colégio Nossa Senhora da Assunção, em Anadia, estando a acompanhar com apreensão a discussão pública em torno dos contratos de associação, vêm requerer à Comissão de Educação, Ciência e Cultura uma audiência, com a brevidade possível.
Este pedido visa transmitir a sua preocupação sobre o modo como a rutura do Contrato de Associação, celebrado entre o Estado e o Colégio Nossa Senhora da Assunção desde 1980, afetaria irremediavelmente o percurso educativo dos alunos deste estabelecimento de ensino e o emprego dos seus educadores docentes e não docentes.

Apresentamos, desde já, os nossos agradecimentos pela atenção que esta nossa solicitação possa merecer.

Com os nossos respeitosos cumprimentos,

Helena Maria Morais Vaz

Maria Mósca da Silva Reverendo

Isabel Maria Sampaio Ribeiro Parreira Cortez

João Paulo Mendes Rodrigues

Paula Luísa Lopes Baptista

De:
Enviado: quinta-feira, 21 de Janeiro de 2016 18:20
Para: Comissão 8ª - CEC XIII
Assunto: Requerimento
Anexos: Requerimento.jpg

Categorias: ZM

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CEC
N.º Único 543280
Entrada/Saída n.º 141 Data: 19/2/16

Muito boa tarde, Exmos Srs.

Segue em anexo um requerimento pedindo um audição com carácter de urgência, sobre o Projectos de Resolução.

Sem mais de momento.

Cordiais cumprimentos da Junta de Freguesia

Ex.mo Senhor

Presidente da Comissão de Educação e Ciência

da Assembleia da República

Agostinho Martins da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Cambeses, concelho de Barcelos, tendo tomado conhecimento de que estão em discussão pública nessa Comissão Projetos de Resolução apresentados pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Comunista Português sobre os contratos de associação, vem requerer a Vossa Excelência uma audição com caráter de urgência para que possa, em representação da comunidade desta Freguesia, emitir a sua opinião sobre esta modalidade de apoio financeiro do Estado ao ensino particular e cooperativo e às famílias que, exercendo o seu direito à educação e à liberdade de escolha, por ele optam.

Com efeito, a freguesia de Cambeses integra há dezenas de anos a área de intervenção pedagógica do Externato Infante D. Henrique, uma escola cooperativa localizada na freguesia vizinha de Ruilhe, que tem contrato de associação desde 1980 e que muito tem contribuído, pelo serviço público de educação que assegura, para o desenvolvimento e o progresso da nossa comunidade.

Esta escola não tem fins lucrativos, é uma cooperativa constituída por professores e funcionários e tem uma forte ligação ao meio local e às suas instituições.

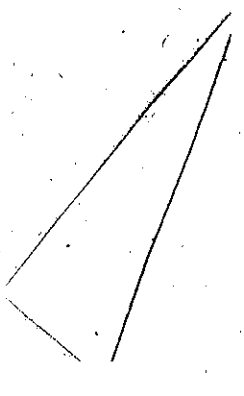
Por outro lado, acolhe sem distinção de classes ou de estatuto socioeconómico todos os alunos e empenha-se na promoção da igualdade de oportunidades e do sucesso educativo de todos.

Ao longo dos anos, com sucessivos governos de diversas sensibilidades político-partidárias, apesar dos muitos sobressaltos, a escola manteve financiamento público ao abrigo do contrato de associação, permitindo aos alunos desta freguesia uma educação gratuita de excelência e dando emprego a diversas pessoas aqui residentes.

Qualquer eventual ruptura que ocorresse em resultado da aprovação pela Assembleia da República dos referidos Projetos de Resolução implicaria uma inaceitável interrupção do percurso escolar dos 112 alunos desta freguesia que frequentam o Externato Infante D. Henrique, dos quais 33% beneficiam de ação social escolar, e lançaria no desemprego um número significativo de professores e funcionários, num tempo em que o desemprego é o maior flagelo do nosso país e, em concreto, desta região.

Por tudo isto, como Presidente da Junta desta Freguesia, como pai e como cidadão, venho formular o presente requerimento.

Cambeses, 20 de janeiro de 2016

Assinatura

JUNTA DE FREGUESIA DE CAMBESES
BARCELOS